

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	19
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	22
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	23
10.5 - Políticas contábeis críticas	31
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	66
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	75
10.8 - Plano de Negócios	76
10.9 - Outros fatores com influência relevante	77

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos****RISCOS DE MERCADO**

A Companhia não possui contratos de troca de índices (SWAP) ou operações que possam ser caracterizadas como derivativos.

Esclarecemos que a Sanepar, em 31 de dezembro de 2010, não possuía operações que possam ser caracterizadas como instrumentos financeiros com derivativos, muito menos em aplicações de caráter especulativo ou outros ativos de riscos e nem suas operações de mercado e de empréstimos e financiamentos estão expostas as flutuações de moedas estrangeiras, não necessitando realizar proteção cambial (hedge).

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

Não aplicável

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

Não aplicável

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**

Não aplicável

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS**

Apresentamos o desempenho econômico, social e ambiental da Sanepar no período de 2008 a 2010, com transparência e amplitude que permite avaliar com mais profundidade a atuação da Companhia. Com muitas conquistas neste período a Companhia confirmou o ciclo de expansão vivenciado nos últimos anos, marcado por expressivos investimentos voltados à universalização do acesso à água tratada e a sistemas de esgotamento sanitário.

Com a meta de levar saúde e qualidade de vida à população do Paraná, trabalhamos incessantemente para ampliar a abrangência de nossos serviços, elevando a patamares históricos os índices de atendimento. A manutenção do 100% da população urbana abastecida com água tratada exige planejamento, investimentos constantes e capacidade de prever demandas futuras. Por isso continuamos a executar obras que ampliam ou aperfeiçoam nossos sistemas de abastecimento, fazendo frente ao crescimento demográfico. A Sanepar tem consciência de que manter a totalidade da população atendida com água tratada será um desafio tão grande quanto a caminhada para chegar ao índice de 100%.

Na área de esgotamento sanitário, essa caminhada ocorre a passos largos. Os investimos na implantação e melhoria de sistemas para coleta e tratamento de esgoto. Somadas às realizadas em anos anteriores, essas obras permitiram que a Sanepar chegasse ao índice de 62% da população urbana atendida com esgotamento sanitário nas áreas em que a Companhia atua.

Recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), esse número coloca o Paraná em destaque no Brasil, onde o indicador nacional beira os 50%. Para ampliar ainda mais o atendimento, inauguramos obras importantes. Entre os destaques está a Estação de Tratamento de Esgoto Vassoural, em Guarapuava, projetada para acompanhar o crescimento populacional do município pelos próximos 30 anos. A obra, que exigiu R\$ 14 milhões em investimentos, elevará para 80% o índice mínimo de coleta de esgoto.

Os benefícios trazidos à população e ao meio ambiente por empreendimentos desse tipo motivam a Sanepar a concentrar esforços na captação de recursos financeiros, a fim de garantir a execução das obras planejadas para os próximos

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

anos. Assim, asseguramos a viabilização econômica de uma ambiciosa política de expansão.

Pela natureza do setor em que atua, o de saneamento, a Companhia se considera um agente do desenvolvimento sustentável e traduz isso em políticas e práticas socioambientais responsáveis. Consolidamos a liderança da Sanepar em ações focadas na conservação ambiental e no desenvolvimento humano. Executadas de forma integrada, compartilhando responsabilidades com governo e sociedade civil, essas ações reforçam o compromisso da Companhia com a sustentabilidade.

Exemplos desse compromisso são os programas para geração de energia renovável, desenvolvidos pela Sanepar em unidades de Curitiba e Foz do Iguaçu. Pioneiros, esses programas propõem a transformação de passivos ambientais em ativos e transformaram a Companhia em referência no desenvolvimento de soluções inovadoras para o setor de saneamento.

Completamente integrada às comunidades das regiões onde atua, a Sanepar promove ações de educação ambiental, capacitação e apoio à cultura local. Além disso mantém o programa Tarifa Social, que oferece serviços de saneamento a preços simbólicos para famílias de baixa renda. A Companhia desenvolveu importantes estudos que culminarão na expansão desse programa.

Em conjunto com os avanços sociais e ambientais, o desempenho econômico-financeiro da Sanepar apresentou boa performance, baseado na manutenção das tarifas, ou seja, sem repassar reajustes aos usuários de nossos serviços.

O desempenho econômico-financeiro reflete os excelentes indicadores operacionais obtidos pela Sanepar. A qualidade dos serviços prestados pela Companhia pode ser comprovada pelos elevados índices de conformidade à legislação, tanto da água quanto do esgoto tratado pela Companhia. A redução de perdas, custos e inadimplência também ilustra a excelência operacional com a qual a Sanepar tem atuado.

O reconhecimento da sociedade comprova que estamos no caminho certo. Em 2010 a Sanepar foi considerada a melhor empresa de saneamento do Brasil, conquistando o Prêmio Valor 1000. Promovida pelo jornal Valor Econômico, a premiação avaliou o

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

desempenho das mil maiores empresas brasileiras e classificou a Sanepar como campeã setorial.

Tão importante quanto o Valor 1000 foram os reconhecimentos do Prêmio Nacional de Qualidade do Saneamento (PNQS), do Prêmio Expressão de Ecologia e do Prêmio Bndes Pró-Universalização dos Serviços de Saneamento, entre outros que recebemos.

Todas essas conquistas seriam impossíveis sem o trabalho e a dedicação de nossos colaboradores. Por isso investimos continuamente na valorização do maior ativo da Sanepar: as pessoas. Em 2010 a inauguração de um novo Centro de Treinamento, localizado na sede da Companhia, em Curitiba, veio agregar ainda mais à capacitação dos colaboradores. Resultado de um investimento de R\$ 3,7 milhões, esse Centro integra um projeto maior, a Universidade do Saneamento, que tem na formação de recursos humanos qualificados, um de seus principais objetivos.

E assim, amparada por pessoas qualificadas, políticas claras e responsabilidade socioambiental, a Sanepar seguirá focada na missão de levar saneamento básico a toda a população do Paraná. Nosso compromisso é colaborar com a construção do desenvolvimento sustentável, marcado pelo respeito às pessoas e ao meio ambiente.

Há 47 a Sanepar presta serviços de fornecimento de água tratada, coleta e tratamento de esgoto sanitário, tornando-se referência entre as empresas do setor por aliar eficiência operacional e resultados econômicos a uma sólida política socioambiental, ampliando cada vez mais seu comprometimento com a universalização do acesso ao saneamento e, por consequência, com o desenvolvimento sustentável.

Por meio de contratos de concessão firmados com prefeituras, a Sanepar opera em 344 municípios paranaenses, além de 286 localidades de menor porte. Nas regiões em que atua, a Companhia atende praticamente 100% da população urbana com água tratada e 62% com sistema de esgotamento sanitário - em cidades com mais de 50 mil habitantes esse índice alcança 74%: superior à média nacional, que é de 51% segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.

Sediada em Curitiba (PR), a Sanepar opera 199 estações de tratamento de água (ETAs) e 227 estações de tratamento de



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

esgoto (ETEs) distribuídas em 22 unidades regionais. Essa estrutura, somada à força de trabalho de 6.820 colaboradores, permite à Companhia levar água tratada a 9,27 milhões de cidadãos e atender a 5,76 milhões de pessoas com os serviços de coleta e tratamento de esgoto.

A qualidade dos serviços oferecidos à população está entre as principais marcas da Companhia. A água fornecida pela Sanepar, por exemplo, passa por testes de qualidade que analisam 125 mil parâmetros com base na Portaria 518 do Ministério da Saúde. Em 2010, o índice de conformidade à Portaria se manteve em 100%, o que coloca a Sanepar entre as melhores fornecedoras de água do Brasil. Na área de esgotamento sanitário, o índice de tratamento do volume de esgoto coletado pela Companhia também é destaque no país: 99%. Isso significa que praticamente todo o esgoto coletado pela Sanepar é tratado.

Para ampliar suas atividades, proporcionando maior qualidade de vida à população, a Sanepar investe continuamente na expansão de sua infraestrutura. Somente em 2010 foram aplicados cerca de R\$ 397,2 milhões em obras para ampliação ou melhoria dos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. Com esses recursos, foram implantadas 81 mil novas ligações de água e 85 mil ligações de esgoto, agregando cerca de 600 mil pessoas aos usuários dos serviços da Companhia.

A busca constante por melhorias que ampliem a eficiência operacional de seus sistemas, aliada ao comprometimento dos colaboradores da Sanepar, permite à Companhia obter excelentes indicadores de desempenho. Esses indicadores impactam positivamente tanto na qualidade dos serviços oferecidos à população quanto nos resultados econômico-financeiros alcançados.

Em 2010 o volume faturado de água foi de 511,4 milhões de metros cúbicos, um incremento de 4,2% em relação ao ano anterior. Cerca de 81 mil ligações foram acrescentadas ao sistema de distribuição de água - 19,3% a mais que o número de ligações implantadas em 2009. Assim a Sanepar encerrou o exercício de 2010 com aproximadamente 2,5 milhões de ligações, garantindo o acesso de 9,3 milhões de habitantes à água potável.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

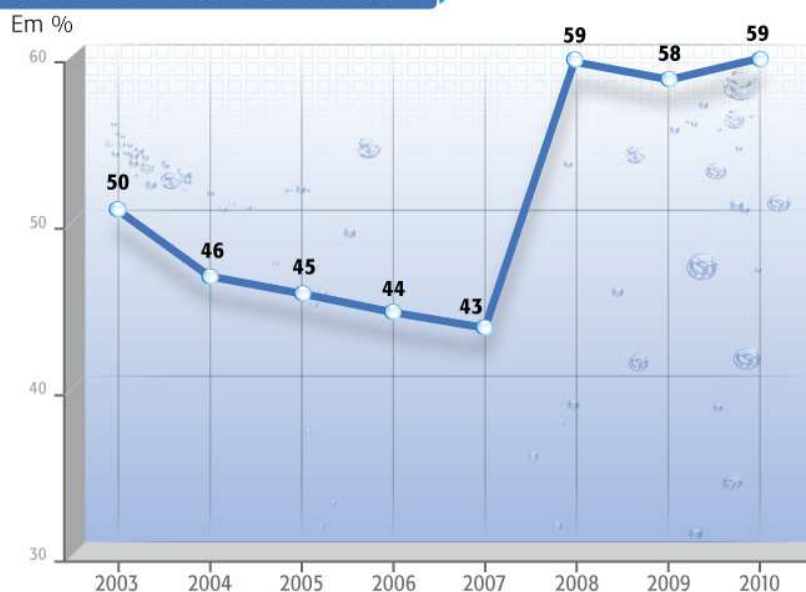
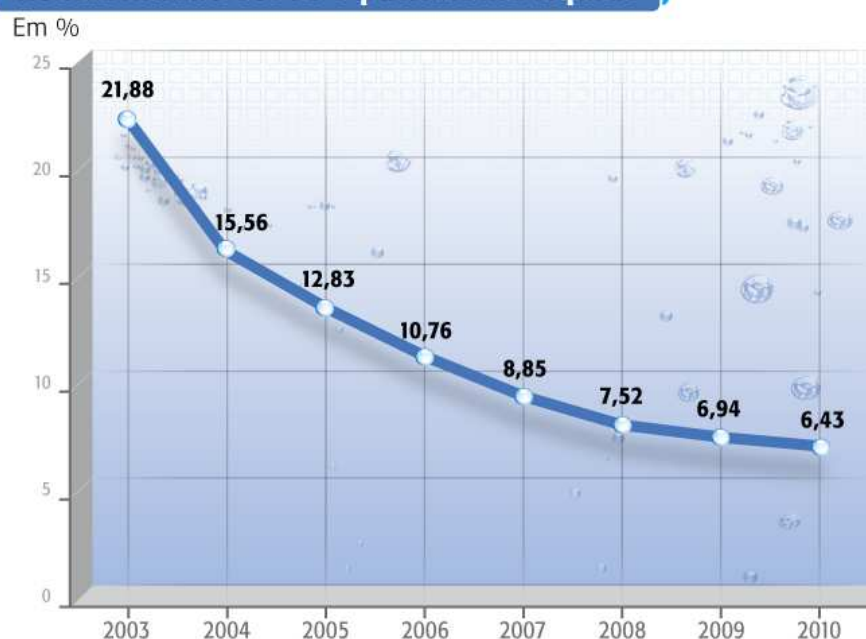
O incremento no número de ligações também foi expressivo na área de esgotamento sanitário: foram 85,3 mil novas ligações. Isso significa que cerca de 300 mil pessoas passaram a ser beneficiadas com o serviço de coleta e tratamento de esgoto em 2010, elevando a 62% o índice de atendimento à população urbana nas áreas em que a Sanepar atua - ao todo, são 5,76 milhões de habitantes atendidos. O volume faturado de esgoto também se expandiu, passando de 285,7 milhões de metros cúbicos em 2009 para 306,5 milhões de metros cúbicos em 2010.

Em 2010 a Sanepar atingiu o IPL de 235,14 litros/lig/dia, que representa uma redução de 1,87 litros/lig/dia em relação ao ano anterior. Esse foi o melhor resultado obtido pela Sanepar nos últimos 25 anos.

### Endividamento e rentabilidade

No exercício de 2010 o Ativo da Companhia atingiu R\$ 5,3 bilhões, enquanto a dívida total era de R\$ 3,1 bilhões. Assim o Índice de Endividamento sobre o Ativo foi de 59%, frente a 58% registrado em 2009. O Patrimônio Líquido somava, ao final do exercício, R\$ 2,2 bilhões.

A taxa de rentabilidade em relação ao patrimônio líquido médio foi de 6,4%, valor inferior à rentabilidade obtida em 2009, de 6,9%. A queda desse indicador se justifica pela redução do lucro líquido, de R\$ 138 milhões em 2009 para R\$ 136 milhões em 2010.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Endividamento sobre o ativo****Rentabilidade sobre o patrimônio líquido****Remuneração aos acionistas e mercado de capitais**

Seguindo deliberação de seu Conselho de Administração, a Sanepar atribuiu crédito contábil no valor de R\$ 37,2 milhões, referente a "Juros sobre o Capital Próprio" - em

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

substituição aos dividendos mínimos, conforme previsão estatutária. Desse montante, R\$ 28 milhões foram creditados em 30 de junho, com base nos resultados alcançados pela Companhia entre os meses de janeiro e junho de 2010, resultando em R\$ 0,0656 por ação ordinária (ON) e R\$ 0,0722 por ação preferencial (PN) do capital social da Sanepar. Outros R\$ 9,2 milhões foram creditados em 31 de dezembro, com base nos resultados obtidos no período de julho a dezembro de 2010, correspondendo a R\$ 0,0216 por ON e R\$ 0,0238 por PN.

Em 2010 as ações da Sanepar estiveram presentes em 87,5% dos pregões, movimentando um volume de R\$ 14,1 milhões - contra R\$ 20,6 milhões em 2009. Foram realizados 2.439 negócios - 1.437 a menos que no exercício anterior. A média de negócios diários alcançou 10, com 5,2 milhões de ações negociadas. O preço das ações preferenciais da Sanepar (SAPR4) apresentou valorização de 11,0%, na comparação dos preços de fechamento da ação na BM&FBovespa entre o último pregão de 2009 (R\$ 2,63) e o último pregão de 2010 (R\$ 2,92).

A valorização no preço das ações ainda é reflexo da recuperação do mercado financeiro interno e das boas perspectivas para o setor de saneamento. O Capital Social da Sanepar é formado por 414,1 milhões de ações, sendo 289,8 milhões de ações ordinárias e 124,3 milhões de ações preferenciais. O free float é de 52,8 milhões de ações, o que corresponde a 12,8% do capital total.

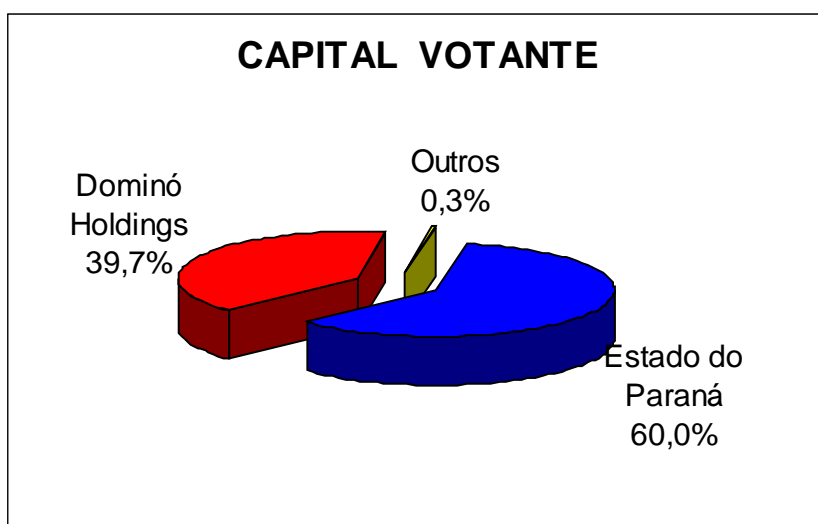
### Evolução do preço das ações

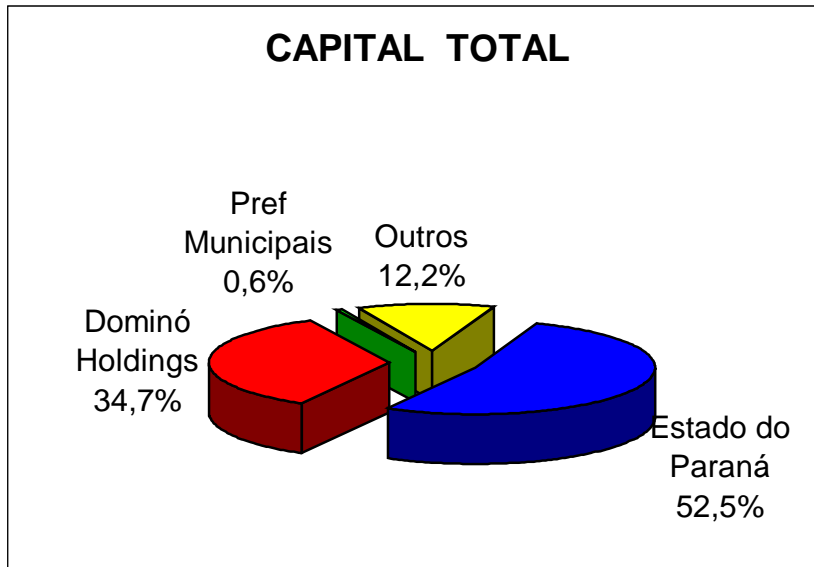


**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****ESTRUTURA DE CAPITAL E POSSIBILIDADE DE RESGATE DE AÇÕES OU QUOTAS****ESTRUTURA DE CAPITAL**

O organograma a seguir indica nossa estrutura de capital dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010:

	Nº de Ações			Capital Social - R\$			% de participação	
	ON	PN	Total	ON	PN	Total	Cap. Votante	Cap. Total
Estado do Paraná	173.902.122	43.475.530	217.377.652	349.292	87.323	436.615	60,0%	52,5%
Dominó Holdings	115.106.273	28.776.568	143.882.841	231.197	57.799	288.996	39,7%	34,7%
Pref Municipais	-	2.368.005	2.368.005	-	4.756	4.756	0,0%	0,6%
Outros	828.475	49.625.209	50.453.684	1.664	99.676	101.340	0,3%	12,2%
<b>Total</b>	<b>289.836.870</b>	<b>124.245.312</b>	<b>414.082.182</b>	<b>582.153</b>	<b>249.554</b>	<b>831.707</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****RESGATE DE AÇÕES OU QUOTAS**

Informamos que nos exercícios de 2008, 2009 e 2010, não houve resgate de ações e até o presente momento inexistente na Sanepar essa possibilidade.

**CAPACIDADE DE PAGAMENTO EM RELAÇÃO AOS COMPROMISSOS  
FINANCEIROS ASSUMIDOS**

Informamos que no triênio 2008 a 2010, a Sanepar honrou todos os compromissos financeiros assumidos, se analisarmos os índices de liquidez da Companhia para os referidos períodos, verificaremos que o índice de liquidez corrente vem diminuindo e o índice de liquidez geral apresenta uma pequena evolução, apresentamos a seguir os índices de liquidez de 2008, 2009 e 2010:

ÍNDICES	2008	2009	2010
LIQUIDEZ CORRENTE	1,02	0,98	0,86
LIQUIDEZ GERAL	0,24	0,25	0,26

**FONTES DE FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO E PARA  
INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO-CIRCULANTES UTILIZADAS**

Para garantir os recursos necessários à manutenção do plano de investimentos, a Sanepar recorre a várias fontes de financiamentos, além dos recursos próprios.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Entre as principais fontes de recursos para investimento em ativo não-circulante, a Companhia obteve, no triênio de 2008 a 2010, financiamentos da Caixa Econômica Federal (recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (recursos do FAT e do Fundo de Participação do PIS/PASEP), do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, referentes a repasses de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID no âmbito do Programa Paraná Urbano II e de repasses do Estado do Paraná, recursos estes obtidos junto ao *Japan Bank for International Cooperation* (JBIC), sendo que os recursos oriundos de repasses do Estado do Paraná, estão registrados contabilmente no Passivo Não Circulante em Créditos para Aumento de Capital/Parte Relacionada.

A Companhia colocou, no ano de 2008, a 4ª série da 1ª emissão de debêntures, cujos recursos foram utilizados para complementar o Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná-ParanáSan.

Em relação a cobertura de deficiências de capital de giro, a Sanepar não precisou tomar financiamentos junto a Instituições Financeiras no triênio 2008 a 2010.

**FONTES DE FINANCIAMENTOS PARA CAPITAL DE GIRO E PARA  
INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO-CIRCULANTES QUE PRETENDE UTILIZAR  
PARA COBERTURA DE DEFICIÊNCIAS DE LIQUIDEZ**

Entre as principais fontes de recursos para investimento em ativo não-circulante, a Companhia pretende utilizar linhas já aprovadas junto a Caixa Econômica Federal (recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES (recursos do FAT, do Fundo de Participação do PIS/PASEP) e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, referentes a repasses de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, além de recursos de outras fontes não onerosas.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****NÍVEIS DE ENDIVIDAMENTO E AS CARACTERÍSTICAS DE TAIS DÍVIDAS**

Caixa Econômica Federal;

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

Fundo Estadual do Desenvolvimento Urbano - FDU;

Grau de Endividamento:

2008	59%
2009	58%
2010	59%

Ressaltamos que a variação verificada no grau de endividamento no triênio de 2008 a 2010, ocorreu em função da solicitação do Estado do Paraná, aprovada na 12ª/2008 Reunião Ordinária do Conselho de Administração de 08 de dezembro de 2008, que transformou em obrigação da Companhia para com o Estado do Paraná o saldo de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC, em 31/12/2008. Este saldo estava registrado anteriormente no Patrimônio Líquido.

**A COMPANHIA DEVERÁ MANTER OS SEGUINTE ÍNDICES FINANCEIROS, NO ENCERRAMENTO DE CADA EXERCÍCIO SOCIAL, ATÉ O VENCIMENTO DAS DEBÊNTURES DA 1ª EMISSÃO:**

- i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,5;
- ii) Margem EBITDA maior ou igual a 35%; e
- iii) Grau de endividamento menor ou igual a 70%.

Nota: a descrição dos critérios consta da Escritura de Emissão registrada junto à CVM.

Também para assinatura de contratos de financiamentos junto ao BNDES, a Companhia se comprometeu a manter os seguintes Índices Econômico-Financeiros:

- i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,5;
- ii) Margem EBITDA maior ou igual a 35%;
- iii) Grau de endividamento menor ou igual a 70%; e
- iv) Dívida Bancária Líquida menor ou igual a 3.

Informamos que até o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Sanepar vinha cumprindo integralmente os limites financeiros estabelecidos, tanto na Escritura de Emissão das



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Debêntures quanto nos contratos de financiamento junto ao BNDES.

**LIMITES DE UTILIZAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS CONTRATADOS**

Dos financiamentos firmados com os agentes financeiros, os recursos são utilizados de acordo com o andamento dos empreendimentos para os quais foram contratados até o limite de cada financiamento firmado.

**ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS EM CADA ITEM DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 e foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas considerando a adoção da totalidade dos Pronunciamentos, das Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários até 31 de dezembro de 2010 em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS. Dessa forma, e tendo por objetivo preservar a comparabilidade entre os exercícios, a Companhia reclassificou o saldo de abertura em 01 de janeiro de 2009 e o balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, conforme apresentado a seguir:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	<b>2008</b>		<b>2008</b>
<b>Ativo</b>	<b>Divulgado</b>	<b>Ajuste</b>	<b>Reclassificado</b>
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.721	(12.721)	-
<b>Não Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	178.498	12.721	191.219
Depósitos Judiciais	-	64.046	64.046
<b>Total do Ativo</b>	<b>4.668.298</b>	<b>64.046</b>	<b>4.732.344</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.901	(5.901)	-
<b>Não Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	110.319	5.901	116.220
Provisão para Contingências	108.524	64.046	172.570
<b>Total do Passivo</b>	<b>4.668.298</b>	<b>64.046</b>	<b>4.732.344</b>
	<b>2009</b>		<b>2009</b>
<b>Ativo</b>	<b>Divulgado</b>	<b>Ajuste</b>	<b>Reclassificado</b>
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.725	(13.725)	-
<b>Não Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	213.270	13.725	226.995
Depósitos Judiciais	-	86.344	86.344
<b>Total do Ativo</b>	<b>4.858.229</b>	<b>86.344</b>	<b>4.944.573</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.923	(5.923)	-
<b>Não Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	104.859	5.923	110.782
Provisão para Contingências	104.204	86.344	190.548
<b>Total do Passivo</b>	<b>4.858.229</b>	<b>86.344</b>	<b>4.944.573</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Principais Pronunciamentos que Impactaram as Demonstrações Contábeis nos exercícios de 2008 a 2010:

Ativo Imobilizado

De acordo com o CPC 27, a Companhia realizou estudo técnico de revisão da vida útil econômica estimada e as correlatas taxas de depreciação/amortização de seus bens patrimoniais. As novas taxas foram adotadas pela Companhia em suas demonstrações contábeis a partir de 01/01/2010.

A Companhia considerou essa nova estimativa de vida útil de seus bens patrimoniais como mudança de estimativa contábil, produzindo efeitos contábeis a partir do período corrente, sem efeitos retrospectivos sobre os saldos contábeis apresentados para fins comparativos.

Custo Atribuído

Em atendimento a ICPC 10, a Companhia identificou alguns bens ainda em operação, com provável geração futura de caixa, apresentando valor contábil inferior ao seu valor justo.

Dessa forma, a partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia adotou um novo valor em substituição ao valor contábil original de aquisição e vida útil remanescente.

Demais Pronunciamentos e Interpretações

As Interpretações e os Pronunciamentos Técnicos emitidos, a partir de 2009, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em vigor em 31 de dezembro de 2010, estão sendo adotados integralmente nas demonstrações contábeis da Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO****RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DA SANEPAR**

Em conjunto com os avanços sociais e ambientais, o desempenho econômico-financeiro da Sanepar apresentou boa performance no último triênio, baseado na manutenção das tarifas, ou seja, sem repassar reajustes aos usuários dos serviços.

O desempenho econômico-financeiro reflete os excelentes indicadores operacionais obtidos pela Sanepar nos exercícios de 2008 a 2010. A qualidade dos serviços prestados pela Companhia pode ser comprovada pelos elevados índices de conformidade à legislação, tanto da água quanto do esgoto tratados pela Companhia. A redução de perdas, custos e inadimplência também ilustra a excelência operacional com a qual a Sanepar tem atuado.

Em 2010 a Sanepar manteve o sólido desempenho econômico-financeiro que marcou os últimos exercícios. A Receita Operacional Bruta totalizou R\$ 1,59 bilhão, um incremento de 6,5% em relação a 2009. Desse total, R\$ 1.014,0 milhões foram provenientes do serviço de distribuição de água tratada e R\$ 496,7 milhões das operações de coleta e tratamento de esgoto. Outros serviços prestados pela Companhia geraram R\$ 79,3 milhões, o equivalente a 5% da Receita Operacional Bruta.

Ao final de 2010 a Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 1,48 bilhão, um incremento de 6,5% em relação ao resultado anterior, que foi de R\$ 1,39 bilhão. Excluídas depreciações e amortizações, os custos e despesas totalizaram R\$ 902,3 milhões - aumento de 13,4% em relação a 2009. Assim o Ebitda, que reflete a geração operacional de caixa, atingiu R\$ 578,0 milhões, um decréscimo de 2,6% se comparado ao do ano anterior.

Sem reajustar tarifas há seis anos e atendendo a uma parcela cada vez maior da população, a Sanepar alcançou lucro líquido de R\$ 136 milhões em 2010. Esse valor é 1,7% inferior ao registrado em 2009.

A busca constante por melhorias que ampliem a eficiência operacional de seus sistemas, aliada ao comprometimento dos colaboradores da Sanepar, permite à Companhia obter excelentes indicadores de desempenho. Esses indicadores impactam positivamente tanto na qualidade dos serviços

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

oferecidos à população quanto nos resultados econômico-financeiros alcançados.

Em 2010 o volume faturado de água foi de 511,4 milhões de metros cúbicos, um incremento de 4,2% em relação ao ano anterior. Cerca de 81 mil ligações foram acrescentadas ao sistema de distribuição de água - 19,3% a mais que o número de ligações implantadas em 2009. Assim a Sanepar encerrou o exercício de 2010 com aproximadamente 2,5 milhões de ligações, garantindo o acesso de 9,3 milhões de habitantes à água potável.

O incremento no número de ligações também foi expressivo na área de esgotamento sanitário: foram 85,3 mil novas ligações. Isso significa que cerca de 300 mil pessoas passaram a ser beneficiadas com o serviço de coleta e tratamento de esgoto em 2010, elevando a 62% o índice de atendimento à população urbana nas áreas em que a Sanepar atua - ao todo, são 5,76 milhões de habitantes atendidos. O volume faturado de esgoto também se expandiu, passando de 285,7 milhões de metros cúbicos em 2009 para 306,5 milhões de metros cúbicos em 2010.

Em 2010 o Volume Produzido por Ligação (VPL) foi de 699,16 litros/lig/dia (litros por ligação dia), com incremento de 3,31 litros/lig/dia em relação a 2009, que foi de 695,85 litros/lig/dia. Por outro lado, o Volume Micromedido por Ligação (VML) foi de 464,01 litros/lig/dia, com acréscimo de 5,17 litros/lig/dia em relação a 2009, quando foram medidos 458,84 litros/lig/dia. Esses resultados demonstram, portanto, a melhora dos processos operacionais da Sanepar, traduzida na redução do Índice de Perdas por Ligação (IPL).

Em 2010 a Sanepar atingiu o IPL de 235,14 litros/lig/dia, que representa uma redução de 1,87 litros/lig/dia em relação ao ano anterior. Esse foi o melhor resultado obtido pela Sanepar nos últimos 25 anos.

**VARIAÇÕES DAS RECEITAS ATRIBUÍVEIS A MODIFICAÇÕES DE PREÇOS,  
TAXAS DE CÂMBIO, INFLAÇÃO, ALTERAÇÕES DE VOLUMES E INTRODUÇÃO  
DE NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS**

A variação nas receitas operacionais da Sanepar, ocorreu em função do acréscimo de novas ligações de água e esgoto, no triênio 2008 a 2010 não houve reajuste tarifário e nem

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

introdução de novos produtos e serviços que alterassem significativamente as receitas operacionais da Companhia.

**IMPACTO DA INFLAÇÃO, DA VARIAÇÃO DE PREÇOS DOS PRINCIPAIS INSUMOS E PRODUTOS, DO CÂMBIO E DA TAXA DE JUROS NO RESULTADO OPERACIONAL E NO RESULTADO FINANCEIRO DA SANEPAR**

O impacto da inflação, da variação de preços dos insumos e produtos e dos juros sobre os financiamentos no triênio 2008 a 2010, não teve relevância tendo em vista o crescimento vegetativo da Companhia, o que gerou receita suficiente para suportar os impactos, conforme pode ser observado nos resultados.

Com o aumento da eficiência operacional, a Sanepar conquista, de um lado, incremento nas suas receitas e, de outro, redução de custos. A otimização do processo diminuiu a utilização de insumos necessários à produção como energia, produtos químicos e mão de obra. Dessa forma, ao reduzir o volume produzido por ligação a Companhia também diminuiu os custos de produção.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****EFEITOS RELEVANTES NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Informamos que no triênio 2008 a 2010 não houve na Sanepar, introdução ou alienação de segmento operacional, constituição, aquisição ou alienação de participação societária, eventos ou operações não usuais, que tenham causado ou que venham a causar efeitos relevantes nas Demonstrações Financeiras.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Alterações a partir de 2008:

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade e atribui à Comissão de Valores Mobiliários - CVM a prerrogativa de emitir normas para as companhias de capital aberto.

As principais alterações introduzidas pela Lei têm aplicação a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2008 e referem-se a: (i) substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC; (ii) obrigatoriedade de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado - DVA; (iii) criação do subgrupo Ajuste de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido; (iv) normatização dos critérios de avaliação e classificação de instrumentos financeiros; (v) obrigatoriedade de avaliação do grau de recuperação de ativos não-circulantes; (vi) alteração dos parâmetros de avaliação de coligadas pelo método de equivalência patrimonial; (vii) possibilidade de criação de Reserva de Incentivos Fiscais; e (viii) obrigatoriedade da contabilização de novos ativos a valor de mercado, nos casos de incorporação, fusão ou cisão.

**Implementação das Mudanças da Legislação Societária Brasileira**

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2008, a Companhia aplicou pela primeira vez as alterações da legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, de 28 de dezembro de 2007, e pela Medida Provisória nº 449 de 03 de dezembro de 2008.

A Companhia optou por elaborar o balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2008, que é o ponto de partida das demonstrações contábeis de acordo com a lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

Por determinação da Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 13 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, as alterações decorrentes dessas novas



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

práticas contábeis podem ser contabilizadas na conta de lucros ou prejuízos acumulados, de acordo com o § 1º do artigo 186 da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações contábeis.

Destacamos abaixo aquelas que impactaram de forma relevante as demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2008:

- Doações e Subvenções

A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 revogaram a possibilidade de registro das doações e subvenções para investimentos diretamente em conta de Reserva de Capital, no Patrimônio Líquido, sendo que os saldos existentes, até 31/12/2007, foram mantidos pela Companhia nessas respectivas contas até sua total utilização, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações. A partir de 1º de janeiro de 2008, a Companhia passou a registrar diretamente na conta de receitas, no resultado do exercício, os valores recebidos a títulos de Doações e Subvenções para investimentos. Desses recebimentos, R\$8.591 refere-se a Doações e Subvenções de Particulares e R\$1.705 de Órgãos Públicos.

Com o objetivo da neutralidade tributária decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, a Companhia excluiu os valores recebidos, no montante de R\$1.705, relativos as doações e subvenções governamentais das bases de cálculos do Imposto de Renda, Contribuição Social, PASEP e COFINS. Este valor foi retido pela Companhia na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, no Patrimônio Líquido, não integrando a base de cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio creditados aos acionistas durante este exercício.

- Medida Provisória nº 449/08

A Medida Provisória nº 449/08 eliminou a segregação dos resultados em operacionais e não operacionais e determinou a apresentação dos resultados das operações não continuadas no grupo operacional, e não mais como resultado não operacional após a linha do resultado operacional. Dessa forma, a Companhia reclassificou alguns saldos de 2007, com a finalidade de melhor apresentação e permitir a comparação com a demonstração do resultado de 2008. Essas modificações não têm impacto no Lucro Líquido e nem no Patrimônio Líquido de 2007.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

As alterações foram as seguintes:

- ♦ Transferência do valor de R\$1.714 de "Outras Receitas" para "Receitas de Resíduos Sólidos";
- ♦ Transferência do valor de R\$3.547 de "Outras Receitas" para "Receitas de Serviços";
- ♦ Transferência do valor de R\$2.534 de "Outras Receitas" para "Outras Receitas (Despesas) Operacionais";
- ♦ Eliminação do Grupo de Resultado Não Operacional e sua subsequente transferência do valor negativo de R\$4.964 para o grupo operacional na linha de "Outras Receitas (Despesas) Operacionais".

Alterações a partir de 2009:

**Novos Pronunciamentos Contábeis**

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu e a CVM aprovou em 2009 diversos pronunciamentos contábeis, alinhados às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board, com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, com efeitos retroativos para o ano de 2009 para fins comparativos.

Os Pronunciamentos e as Interpretações Técnicas que poderão impactar as Demonstrações Contábeis da Companhia são:

- CPC 16 - Estoques;
- CPC 20 - Custos de Empréstimos;
- CPC 22 - Informações por Segmento;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- CPC 24 - Evento Subsequente;
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- CPC 27 - Ativo Imobilizado;
- CPC 30 - Receitas;
- CPC 32 - Tributos sobre o Lucro;
- CPC 33 - Benefícios a Empregados;
- CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
- CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

- CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação;
- CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação;
- CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a CPC 40;
- ICPC 01 - Contratos de Concessão;
- ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos;
- ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28.

**Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

- Ajustes a Valor Presente

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realizou estudos sobre a aplicabilidade de Ajustes a Valor Presente dos elementos do ativo e do passivo, impactando os saldos que demonstramos a seguir:

<u>Contas</u>	<u>Características Atualização</u>	<u>Contra Partida AVP</u>
<b>Ativo Circulante</b>		
Contas a receber de clientes (1)	Pré – fixada	Lucros Acumulados/ Resultado do Exercício
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		
Contas a receber de clientes (1)	Pré – fixada	Lucros Acumulados/ Resultado do Exercício

(1) Registrado pelo valor histórico, no entanto os parcelamentos das contas de particulares estão atualizados pela SELIC e os das contas de órgãos públicos com base nos juros da poupança de 6% ao ano. A Companhia adotou para cálculo do Ajuste a Valor Presente os mesmos indicadores utilizados para atualização das contas.

- A seguir apresentamos os efeitos no resultado e no patrimônio líquido com a adoção inicial da Lei 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08:

	<u>Lucro Líquido</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>
Saldo conforme demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2008:	141.880	1.936.744
Efeitos da Lei 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08		
Doações e Subvenções para Investimentos	(10.296)	-
Ajustes a Valor Presente de Contas a Receber (Parcelamentos)	1.703	1.703
Ajustes a Valor Presente de Contas a Receber (Parcelamentos) – exercícios anteriores	-	511
Saldos anteriores à aplicação da Lei 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	<u>133.287</u>	<u>1.938.958</u>

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Eventuais impactos decorrentes da aplicação destes novos pronunciamentos técnicos serão reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia a partir de 1º de janeiro de 2010.

Em relação ao CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia realizou estudo técnico de revisão da vida útil econômica de seus bens - Imobilizado e Intangível - a ser adotado a partir de 1º de janeiro de 2010, como segue:

Descrição	Vida útil		Taxa de depreciação/amortização	
	Atual	Econômica	Atual (a)	Econômica (b)
<b>Imobilizado</b>				
Poços	20 anos	35 anos	5%	2,86%
Barragens	33 anos	50 anos	3%	2%
Construções Cíveis	50 anos	50 e 60 anos	2%	1,67% e 2%
Benfeitorias	50 anos	50 anos	2%	2%
Tubulações	52 anos	30 a 60 anos	1,93%	1,67% a 3,33%
Ligações Prediais	20 anos	30 anos	5%	3,33%
Instalações	10 anos	15 e 16 anos	10%	6,25% e 6,67%
Hidrômetros	10 anos	10 anos	10%	10%
Macromedidores	10 anos	10 anos	10%	10%
Equipamentos	10 anos	12 a 20 anos	10%	5% a 8,33%
Móveis e Utensílios	10 anos	14 anos	10%	7,14%
Equipamentos de Informática	5 anos	5 a 20 anos	20%	5% a 20%
Ferramentas	5 anos	15 anos	20%	6,67%
Veículos	5 anos	5 a 10 anos	20%	10% a 20%
Máquinas, Tratores e Similares	4 anos	4 e 10 anos	25%	10% e 25%
Proteção e Preservação Ambiental	5 anos	5 anos	20%	20%
<b>Intangível</b>				
Concessão do Município de Curitiba	30 anos	30 anos	3,33%	3,33%
Concessão do Município de Cianorte	20 anos	20 anos	5%	5%
Programas de Informática	5 anos	5 anos	20%	20%

(a) Refere-se à taxa de depreciação/amortização utilizada no decorrer do exercício de 2009.

(b) Refere-se à taxa de depreciação/amortização que será utilizada para o exercício de 2010 com base em estudos internos da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia identificou alguns bens em operação que apresentam valor contábil inferior ao seu valor justo. Dessa forma, no balanço de abertura de 2010, será reconhecido, em decorrência dos ajustes da aplicação do novo custo, o montante de R\$69.370. Esse valor será contabilizado a débito da conta do ativo imobilizado, tendo como contrapartida a conta do patrimônio líquido denominada Ajustes de Avaliação Patrimonial, líquida do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Os saldos contábeis de 2009 apresentados para fins comparativos serão ajustados.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Alterações introduzidas nas Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas considerando a adoção da totalidade dos Pronunciamentos, das Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários até 31 de dezembro de 2010 em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS. Dessa forma, e tendo por objetivo preservar a comparabilidade entre os exercícios, a Companhia reclassificou o saldo de abertura em 01 de janeiro de 2009 e o balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, conforme apresentado a seguir:

	<u>2008</u>		<u>2008</u>
<b>Ativo</b>	<b><u>Divulgado</u></b>	<b><u>Ajuste</u></b>	<b><u>Reclassificado</u></b>
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.721	(12.721)	-
<b>Não Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	178.498	12.721	191.219
Depósitos Judiciais	-	64.046	64.046
<b>Total do Ativo</b>	<b>4.668.298</b>	<b>64.046</b>	<b>4.732.344</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.901	(5.901)	-
<b>Não Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	110.319	5.901	116.220
Provisão para Contingências	108.524	64.046	172.570
<b>Total do Passivo</b>	<b>4.668.298</b>	<b>64.046</b>	<b>4.732.344</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

<b>Ativo</b>	<b>2009</b>		<b>2009</b>
	<b>Divulgado</b>	<b>Ajuste</b>	<b>Reclassificado</b>
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.725	(13.725)	-
<b>Não Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	213.270	13.725	226.995
Depósitos Judiciais	-	86.344	86.344
<b>Total do Ativo</b>	<b>4.858.229</b>	<b>86.344</b>	<b>4.944.573</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.923	(5.923)	-
<b>Não Circulante</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	104.859	5.923	110.782
Provisão para Contingências	104.204	86.344	190.548
<b>Total do Passivo</b>	<b>4.858.229</b>	<b>86.344</b>	<b>4.944.573</b>

Principais Pronunciamentos que Impactaram as Demonstrações Contábeis no Exercício de 2010:

#### Ativo Imobilizado

De acordo com o CPC 27, a Companhia realizou estudo técnico de revisão da vida útil econômica estimada e as correlatas taxas de depreciação/amortização de seus bens patrimoniais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8 "e". As novas taxas foram adotadas pela Companhia em suas demonstrações contábeis a partir de 01/01/2010.

A Companhia considerou essa nova estimativa de vida útil de seus bens patrimoniais como mudança de estimativa contábil, produzindo efeitos contábeis a partir do período corrente, sem efeitos retrospectivos sobre os saldos contábeis apresentados para fins comparativos.

#### Custo Atribuído

Em atendimento a ICPC 10, a Companhia identificou alguns bens ainda em operação, com provável geração futura de caixa, apresentando valor contábil inferior ao seu valor justo.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Dessa forma, a partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia adotou um novo valor em substituição ao valor contábil original de aquisição e vida útil remanescente demonstrados na nota explicativa nº 8 "f".

**Demais Pronunciamentos e Interpretações**

As Interpretações e os Pronunciamentos Técnicos emitidos, a partir de 2009, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em vigor em 31 de dezembro de 2010, estão sendo adotados integralmente nas demonstrações contábeis da Companhia.

**Ressalvas e ênfases presentes nos pareceres dos auditores e no Relatório dos Auditores Independentes:**

Informamos que os Pareceres dos Auditores Independentes referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009 e o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social de 2010, não apresentaram ressalvas ou ênfases.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS PELA SANEPAR****PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

**a) Caixa e Equivalentes**

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas *pro rata die* e apropriadas mensalmente;

**b) Contas a Receber de Clientes**

Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente. O saldo de contas a receber referente a parcelamentos foi ajustado a valor presente;

**c) Provisão para Perdas na Realização de Créditos**

Foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

**d) Estoques**

Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização;

**e) Investimentos**

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável;



**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****f) Capitalização de Juros e Encargos Financeiros**

Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos;

**g) Imobilizado**

É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas na nota 8. O Imobilizado não supera o seu provável valor de recuperação e foi submetido ao *impairment test*;

**h) Intangível**

O intangível é registrado ao custo de aquisição, contratação ou do Contrato de Concessão. A amortização é calculada pelo prazo de vigência do contrato, mencionado nas notas explicativas nºs 8 e 12. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao *impairment test*;

**i) Imposto de Renda e Contribuição Social**

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo para o IRPJ 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e para a Contribuição Social 9%;

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados no ativo não circulante e passivo não circulante, em função da determinação legal conforme CPC 26 e 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos, conforme nota 15.c. Quando da sua constituição, a Companhia efetuou análises que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras;

**j) Passivo Circulante e Não Circulante**

Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente;

**k) Apuração dos Resultados**

As receitas e despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto, inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e montantes não faturados, os quais são calculados com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil;

**l) Juros sobre o Capital Próprio**

Foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado;

**m) Transações com Partes Relacionadas**

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Paraná e alguns municípios, em condições usuais de mercado, conforme demonstrado na nota 18;

**n) Benefícios Pós-emprego Concedidos aos Empregados**

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados e pensionistas) e na área de saúde patrocina um plano de benefícios médicos e odontológicos para seus empregados e aposentados, cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 600 da CVM, conforme demonstrado na nota 26;

**o) Questões Ambientais**

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais rígidos e investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

sistemas são capitalizados. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas, relacionadas a questões ambientais, é necessária atualmente com base na legislação ambiental em vigor no Brasil;

**p) Uso de Estimativas**

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas informações e notas explicativas.

Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

**CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

A Companhia é parte em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas.

A Companhia acredita que os montantes de provisões registrados são suficientes para cobrir as perdas prováveis. Com relação a alguns desses processos a Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A posição em 31 de dezembro dos depósitos judiciais e das provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais, é a seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>Depósitos Judiciais</b>		<b>Provisão para Contingências</b>	
	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Trabalhistas (1)	76.895	67.700	126.132	108.821
Cíveis (2)	30.165	17.704	95.206	71.087
Ambientais (3)	536	16	12.706	8.274
Outras	937	924	5.873	2.366
<b>Totais</b>	<b>108.533</b>	<b>86.344</b>	<b>239.917</b>	<b>190.548</b>

(1)As provisões trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

- (2) As provisões cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de montantes provisionados em decorrência de ações por reclamações de danos causados a terceiros.
- (3) A Companhia está sendo citada em processos de natureza ambiental, movidos por diferentes entidades, incluindo o IAP - Instituto Ambiental do Paraná e o IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Essas questões, normalmente, quando decididas desfavoravelmente à Companhia, resultam em condenações que obrigam a mesma eliminar o suposto problema ambiental causado, por meio de limpeza da área afetada ou execução de alguma obra para corrigir certos efeitos causados pelas suas operações.

O valor provisionado refere-se, basicamente, a multas e valores arbitrados para os processos em andamento. A Companhia vem adequando-se às normas e exigências previstas na Legislação Ambiental, sempre buscando implementar obras complementares em suas diversas unidades operacionais de sistemas de tratamento de água e esgoto sanitário, com a finalidade de reduzir seu passivo ambiental. As obras ainda não realizadas até 31 de dezembro de 2010, estão orçadas em R\$217,0 milhões e serão incorporadas ao imobilizado da Companhia quando da sua realização.

**RECONHECIMENTO DA RECEITA**

Na receita operacional incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente. O saldo de contas a receber referente a parcelamento foi ajustado a valor presente;

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****CRÉDITOS FISCAIS****IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR**

Apresenta a seguinte composição:

**Exercício de 2009**

<b>Descrição</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Imposto de Renda a compensar (1)	8.333	3.369
Contribuição Social a compensar (1)	1.360	2.604
Impostos e Contribuições retidos – órgãos públicos	1.501	1.583
Outros tributos a compensar	282	282
<b>Totais</b>	<b>11.476</b>	<b>7.838</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>10.417</b>	<b>6.673</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.059</b>	<b>1.165</b>

- (1) Estes valores referem-se aos saldos negativos do exercício de 2009, relativos ao pagamento mensal por estimativa do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL em comparação com o lucro real apurado. Estes valores estão sendo atualizados pela SELIC.

**Exercício de 2010**

<b>Descrição</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Imposto de Renda a compensar (1)	2.912	8.333
Contribuição Social a compensar (1)	182	1.360
Impostos e Contribuições retidos – órgãos públicos	1.395	1.501
Outros tributos a compensar	282	282
<b>Totais</b>	<b>4.771</b>	<b>11.476</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>3.799</b>	<b>10.417</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>972</b>	<b>1.059</b>

- (1) Estes valores referem-se aos saldos negativos do exercício de 2010, relativos ao pagamento mensal por estimativa do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL em comparação com o lucro real apurado. Estes valores estão sendo atualizados pela SELIC.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO****IMOBILIZADO****EXERCÍCIO DE 2008**

Apresenta a seguinte composição:

<b>Por Contas</b>		<b>2008</b>		<b>2007</b>
<b>Descrição</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Valor Líquido</b>	
Sistemas de Água	2.385.349	(756.620)	1.628.729	1.545.431
Sistemas de Esgoto	1.919.875	(363.477)	1.556.398	1.461.019
Administração	119.528	(76.413)	43.115	50.818
Outras Imobilizações	19.882	(11.414)	8.468	6.586
Projetos e Obras em Andamento	656.523	-	656.523	670.892
Estoques para Obras	15.435	-	15.435	17.255
<b>Totais</b>	<b>5.116.592</b>	<b>(1.207.924)</b>	<b>3.908.668</b>	<b>3.752.001</b>

<b>Por Natureza</b>		<b>2008</b>		<b>2007</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Taxa de Depreciação</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>		<b>Valor Líquido</b>	
		<b>Custo</b>	<b>Reavaliação</b>		
Terrenos	-	47.435	-	-	47.435
Poços	5%	72.759	-	(23.568)	49.191
Barragens	3%	120.203	9.318	(21.151)	101.251
Construções Cíveis	2%	1.037.389	47.092	(193.885)	865.903
Benfeitorias	2%	5.692	-	(856)	4.836
Tubulações	2,10%	1.926.475	343.020	(334.406)	1.773.981
Ligações Prediais	5%	277.806	-	(114.042)	163.764
Instalações	10%	27.684	-	(13.641)	14.043
Hidrômetros	10%	113.067	-	(50.941)	62.126
Macromedidores	10%	1.568	-	(1.121)	447
Equipamentos	10%	242.140	-	(133.429)	108.711
Móveis e Utensílios	10%	18.650	-	(12.976)	5.674
Equipamentos de Informática	20%	83.670	-	(57.080)	26.590
Ferramentas	20%	419	-	(344)	75
Veículos	20%	49.387	-	(40.035)	9.352
Máquinas, Tratores e Similares	25%	16.752	-	(15.322)	1.430
Proteção e Preservação Ambiental	20%	4.108	-	(2.207)	1.901
Projetos e Obras em Andamento	-	656.523	-	-	656.523
Estoques para Obras	-	15.435	-	-	15.435
<b>Totais</b>		<b>4.717.162</b>	<b>399.430</b>	<b>(1.015.004)</b>	<b>3.908.668</b>

A Companhia procedeu reavaliações parciais de seus ativos em 1990 e 1991, cujos saldos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, líquidos de depreciação acumulada, são de R\$206.510 e R\$217.303, respectivamente. A administração da Companhia entende que a manutenção de tais valores é adequada, visto que os bens reavaliados estão contabilizados a valores razoáveis de mercado e plenamente recuperáveis por suas operações, os quais serão mantidos até a sua efetiva realização. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de reavaliação.

O saldo de projetos e obras em andamento em 2008, refere-se a 60 obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 42 localidades, no montante de R\$247.323; 75 obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 38 localidades, no montante de R\$339.576, e ainda R\$69.624 de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia. Os montantes investidos em Projetos, Obras e Imobilizado Técnico em 2008 e 2007, foram de R\$296.824 e R\$337.547, respectivamente.

Durante o exercício de 2008 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram as obras da Companhia, no montante de R\$18.680 (R\$23.577 em 2007).

De acordo com o CPC 01 "Redução do Valor Recuperável dos Ativos" os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Todos os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentaram sinais de que seu custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação foram revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A menor unidade geradora de caixa determinada pela Companhia para avaliar a recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis corresponde ao sistema de cada município.

Foram estabelecidos indicadores de desempenho operacional e financeiro e, na existência de tais indicativos, a Administração efetuou análise detalhada do valor recuperável para cada ativo pelo método de fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente e comparado com o valor dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2008, com base em cálculos efetuados, não foram identificados ajustes que necessitem de provisão para redução de seu valor de recuperação.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****INTANGÍVEL**

Apresenta a seguinte composição:

	<b>2008</b>		<b>2007</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortização Acumulada</b>	<b>Valor Líquido</b>	
Concessão do Município de Curitiba (1)	125.000	(29.514)	95.486	99.653
Concessão do Município de Cianorte (2)	120	(39)	81	88
<b>Totais</b>	<b>125.120</b>	<b>(29.553)</b>	<b>95.567</b>	<b>99.741</b>

(1)Custo do Contrato de Concessão onerosa, com prazo de vigência de 30 anos, a ser amortizado a uma taxa anual de 3,33%, passando a ser parte integrante dos custos relacionados à prestação de serviços de saneamento para o município de Curitiba.

(2)Custo do Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos, cuja taxa de amortização anual é de 5%.

**EXERCÍCIO DE 2009****IMOBILIZADO**

Apresenta a seguinte composição:

<b>Por Contas</b>	<b>2009</b>		<b>2008</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Valor Líquido</b>	
Sistemas de Água	2.624.169	(828.959)	1.795.210	1.628.729
Sistemas de Esgoto	2.067.823	(412.657)	1.655.166	1.556.398
Administração	113.489	(70.397)	43.092	43.115
Outras Imobilizações	20.228	(12.763)	7.465	8.468
Projetos e Obras em Andamento	543.519	-	543.519	656.523
Estoques para Obras	20.253	-	20.253	15.435
<b>Totais</b>	<b>5.389.481</b>	<b>(1.324.776)</b>	<b>4.064.705</b>	<b>3.908.668</b>



**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Por Natureza						2009	2008
Descrição	Taxa de Depreciação	Custo	Reavaliação	Depreciação Acumulada		Valor	Líquido
				Custo	Reavaliação		
Terrenos	-	49.627	-	-	-	49.627	47.435
Poços	5%	75.498	-	(25.454)	-	50.044	49.191
Barragens	3%	125.223	9.318	(24.875)	(7.538)	102.128	101.251
Construções Cíveis	2%	1.140.511	47.092	(215.872)	(26.145)	945.586	865.903
Benfeitorias	2%	6.368	-	(973)	-	5.395	4.836
Tubulações	1,93%	2.112.256	343.006	(374.811)	(170.574)	1.909.877	1.773.981
Ligações Prediais	5%	293.304	-	(123.753)	-	169.551	163.764
Instalações	10%	30.640	-	(15.988)	-	14.652	14.043
Hidrômetros	10%	115.719	-	(54.407)	-	61.312	62.126
Macromedidores	10%	2.466	-	(1.239)	-	1.227	447
Equipamentos	10%	284.272	-	(151.491)	-	132.781	108.711
Móveis e Utensílios	10%	18.975	-	(13.846)	-	5.129	5.674
Equipamentos de Informática	20%	93.432	-	(54.368)	-	39.064	26.590
Ferramentas	20%	437	-	(371)	-	66	75
Veículos	20%	55.762	-	(43.925)	-	11.837	9.352
Máquinas, Tratores e Similares	25%	16.595	-	(16.148)	-	447	1.430
Proteção e Preservação Ambiental	20%	5.208	-	(2.998)	-	2.210	1.901
Projetos e Obras em Andamento	-	543.519	-	-	-	543.519	656.523
Estoques para Obras	-	20.253	-	-	-	20.253	15.435
<b>Totais</b>		<b>4.990.065</b>	<b>399.416</b>	<b>(1.120.519)</b>	<b>(204.257)</b>	<b>4.064.705</b>	<b>3.908.668</b>

A Companhia procedeu reavaliações parciais de seus ativos em 1990 e 1991, cujos saldos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, líquidos de depreciação acumulada, são de R\$195.159 e R\$206.510, respectivamente. A Administração da Companhia entende que a manutenção de tais valores é adequada, visto que os bens reavaliados estão contabilizados a valores razoáveis de mercado e plenamente recuperáveis por suas operações, os quais serão mantidos até a sua efetiva realização. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de reavaliação.

O saldo de projetos e obras em andamento em 2009, refere-se a 95 obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 58 localidades, no montante de R\$99.122; 158 obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 78 localidades, no montante de R\$372.507, e ainda R\$71.890 de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Durante o exercício de 2009 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram as obras da Companhia, no montante de R\$7.760 (R\$18.680 em 2008).

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

O ativo imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

Descrição	2008	Adições	Depreciação	Baixas e Perdas	Transferências	2009
Terrenos	47.435	719	-	(20)	1.493	49.627
Poços	49.191	81	(1.979)	(1.017)	3.768	50.044
Barragens	101.251	6	(4.143)	-	5.014	102.128
Construções Civas	865.903	2.447	(23.437)	(967)	101.640	945.586
Benfeitorias	4.836	185	(118)	-	492	5.395
Tubulações	1.773.981	6.803	(49.918)	(2.374)	181.385	1.909.877
Ligações Prediais	163.764	8	(13.120)	(443)	19.342	169.551
Instalações	14.043	1.057	(2.383)	(55)	1.990	14.652
Hidrômetros	62.126	-	(11.092)	(1.940)	12.218	61.312
Macromedidores	447	-	(118)	-	898	1.227
Equipamentos	108.711	10.339	(19.826)	(2.003)	35.560	132.781
Móveis e Utensílios	5.674	492	(1.102)	(15)	80	5.129
Equipamentos de Informática	26.590	271	(11.210)	(15)	23.428	39.064
Ferramentas	75	17	(26)	-	-	66
Veículos	9.352	7.259	(4.666)	(108)	-	11.837
Máquinas, Tratores e Similares	1.430	52	(1.034)	(1)	-	447
Proteção e Preservação Ambiental	1.901	875	(791)	-	225	2.210
<b>Subtotais Imobilizado Operacional</b>	<b>3.236.710</b>	<b>30.611</b>	<b>(144.963)</b>	<b>(8.958)</b>	<b>387.533</b>	<b>3.500.933</b>
Projetos e Obras em Andamento	656.523	276.710	-	(158)	(389.556)	543.519
Estoques para Obras	15.435	4.818	-	-	-	20.253
<b>Totais</b>	<b>3.908.668</b>	<b>312.139</b>	<b>(144.963)</b>	<b>(a) (9.116)</b>	<b>(b) (2.023)</b>	<b>4.064.705</b>

(a) Refere-se ao total de baixas e perdas na recuperação de ativos.

(b) Valor transferido para o Ativo Intangível, conforme nota explicativa nº 9.

Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

De acordo com o CPC 01/07, aprovado pela Deliberação CVM 527/07, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos.

Premissas utilizadas:

1. Para apuração do valor recuperável dos ativos da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, considerando como unidade geradora de caixa os segmentos de água e esgoto e a empresa de forma global;
2. As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas para um período de cinco anos;
3. As estimativas de fluxos de caixa foram realizadas em moeda constante, desconsiderando portanto, os efeitos da inflação nos fluxos de caixa e na taxa de desconto;
4. Nas projeções das receitas, as premissas adotadas foram: o crescimento médio do número de ligações e do consumo médio em m<sup>3</sup> por ligação, bem como a tarifa média cobrada por m<sup>3</sup>;

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

5. O valor contábil dos ativos apurado, na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foi considerado como valor recuperável, em virtude dos contratos de concessão atualmente em vigor estabelecerem indenização por parte dos municípios, em caso de não renovação ou quebra de contrato;

6. A taxa de desconto utilizada, para trazer os valores apurados nos fluxos a valor presente, foi baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC).

Conclusão:

**1. Ativos Operacionais**

Os ativos que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável, conforme demonstramos a seguir:

Saldo contábil do Imobilizado Técnico em operação em 31/12/2009, no montante de R\$3.500.933;

Valor presente em 31/12/2009, dos ativos em uso da Companhia, conforme fluxos de caixa projetados até o ano de 2014, no montante de R\$4.523.550.

**2. Ativos não operacionais**

Os ativos investidos no município de Andirá não estão gerando fluxos de caixa para a Companhia, em virtude da retirada unilateral da concessão para prestação dos serviços de água e esgoto para aquele município. Dessa forma, a Companhia registrou, durante este exercício, como perdas por desvalorização de ativos o montante de R\$4.723, referente ao saldo contábil dos ativos de Andirá.

A Companhia está discutindo judicialmente a quebra unilateral do contrato de concessão, por parte da Prefeitura Municipal de Andirá.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****INTANGÍVEL**

Apresenta a seguinte composição:

				2009	2008
Descrição	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Concessão do Município de Curitiba (1)	3,33%	125.000	(33.680)	91.320	95.486
Concessão do Município de Cianorte (2)	5%	120	(45)	75	81
Programas de Informática (3)	20%	11.016	(8.938)	2.078	-
<b>Totais</b>		<b>136.136</b>	<b>(42.663)</b>	<b>93.473</b>	<b>95.567</b>

(1) Custo do Contrato de Concessão onerosa, com prazo de vigência de 30 anos, cuja taxa de amortização é parte integrante dos custos relacionados à prestação de serviços de saneamento para o município de Curitiba.

(2) Custo do Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

(3) Neste exercício, os Programas de Informática classificados como Imobilizado em 2008, foram transferidos para o Ativo Intangível.

A movimentação do ativo intangível durante este exercício é a seguinte:

Descrição	2008	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	2009
Concessão do Município de Curitiba	95.486	-	(4.166)	-	-	91.320
Concessão do Município de Cianorte	81	-	(6)	-	-	75
Programas de Informática	-	752	(630)	(67)	2.023	2.078
<b>Totais</b>	<b>95.567</b>	<b>752</b>	<b>(4.802)</b>	<b>(67)</b>	<b>2.023</b>	<b>93.473</b>

A Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável do ativo intangível, conforme procedimentos descritos na nota 8 - imobilizado, e não identificou ajustes que necessitem de provisão para redução de seu valor de recuperação.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****EXERCÍCIO DE 2010****IMOBILIZADO E INTANGÍVEL****a) Imobilizado**

Apresenta a seguinte composição:

<b>Por Contas</b>		<b>2010</b>		<b>2009</b>
<b>Descrição</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Valor Líquido</b>	
Sistemas de Água	2.758.876	(891.327)	1.867.549	1.795.210
Sistemas de Esgoto	2.375.407	(462.664)	1.912.743	1.655.166
Administração	137.761	(77.376)	60.385	43.092
Outras Imobilizações	21.222	(12.140)	9.082	7.465
Projetos e Obras em Andamento	496.685	-	496.685	543.519
Estoques para Obras	35.459	-	35.459	20.253
<b>Totais</b>	<b>5.825.410</b>	<b>(1.443.507)</b>	<b>4.381.903</b>	<b>4.064.705</b>

<b>Por Natureza</b>		<b>2010</b>				<b>2009</b>
<b>Descrição</b>	<b>Taxa de Depreciação</b>	<b>Custo</b>		<b>Depreciação Acumulada</b>		<b>Valor Líquido</b>
		<b>Custo</b>	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>Custo</b>	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	
Terrenos	-	54.906	-	-	-	54.906
Poços	2,86%	79.245	3.610	(26.365)	(233)	56.257
Barragens	2%	127.549	10.167	(27.129)	(7.789)	102.798
Construções Cíveis	* 1,83%	1.183.499	47.214	(236.212)	(27.224)	945.586
Benfeitorias	2%	6.974	-	(1.103)	-	5.871
Tubulações	* 1,95%	2.392.198	344.121	(419.201)	(178.515)	1.909.877
Ligações Prediais	3,33%	327.594	7.396	(125.177)	(686)	209.127
Instalações	6,67%	36.587	1.785	(17.222)	(334)	20.816
Hidrômetros	10%	121.930	1.951	(60.375)	(365)	63.141
Macromedidores	10%	2.588	467	(1.391)	(92)	1.572
Equipamentos	* 6,22%	299.809	19.257	(159.858)	(2.662)	156.546
Móveis e Utensílios	7,14%	19.642	1.852	(14.132)	(454)	6.908
Equipamentos de Informática	* 19,78%	98.936	13.691	(64.615)	(5.324)	42.688
Ferramentas	6,67%	481	89	(363)	(8)	199
Veículos	* 13,05%	55.722	9.281	(44.636)	(3.370)	16.997
Máquinas, Tratores e Similares	* 19,35%	18.128	6.597	(16.334)	(2.338)	6.053
Proteção e Preservação Ambiental	20%	-	-	-	-	-
Projetos e Obras em Andamento	-	496.685	-	-	-	496.685
Estoques para Obras	-	35.459	-	-	-	35.459
<b>Totais</b>		<b>5.357.932</b>	<b>467.478</b>	<b>(1.214.113)</b>	<b>(229.394)</b>	<b>4.381.903</b>

\* Taxa Média Ponderada

A Companhia procedeu reavaliações parciais de seus ativos em 1990 e 1991 e atribuição de custos ao Imobilizado em 2010,

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

cujos saldos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, líquidos de depreciação acumulada, são de R\$238.084 e R\$195.159, respectivamente. A Administração da Companhia entende que a manutenção da reavaliação é adequada, visto que os bens reavaliados estão contabilizados a valores razoáveis de mercado e plenamente recuperáveis por suas operações, os quais serão mantidos até a sua efetiva realização.

O saldo de projetos e obras em andamento em 2010, refere-se a 119 obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 67 localidades, no montante de R\$104.960; 189 obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 77 localidades, no montante de R\$318.492, e ainda R\$73.233 de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Durante o exercício de 2010 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram as obras da Companhia, no montante de R\$11.070 (R\$7.760 em 2009).

**b) Intangível**

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	2010	2009
				Valor Líquido	
Concessão do Município de Curitiba (1)	3,33%	125.000	(37.847)	87.153	91.320
Concessão do Município de Cianorte (2)	5%	120	(50)	70	75
Programas de Informática	20%	11.296	(9.742)	1.554	2.078
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	6,25%	192	(141)	51	-
Proteção e Preservação Ambiental	20%	8.570	(3.912)	4.658	-
<b>Totais</b>		<b>145.178</b>	<b>(51.692)</b>	<b>93.486</b>	<b>93.473</b>

(3) Custo do Contrato de Concessão onerosa, com prazo de vigência de 30 anos, cuja taxa de amortização é parte integrante dos custos relacionados à prestação de serviços de saneamento para o município de Curitiba, conforme mencionado na nota 12.

(4) Custo do Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****c) Imobilizado e Intangível**

O Ativo Imobilizado e Intangível apresentam a seguinte movimentação:

Descrição	2009	Custo Atribuído	Adições	Depreciação e Amortização	Baixas	Transferências	2010
<b>Imobilizado</b>							
Terrenos	49.627	-	1.437	-	-	3.842	54.906
Poços	50.044	3.610	58	(1.139)	(52)	3.736	56.257
Barragens	102.128	849	159	(2.363)	-	2.025	102.798
Construções Cíveis	945.586	122	2.578	(21.660)	(582)	41.233	967.277
Benfeitorias	5.395	-	183	(130)	(1)	424	5.871
Tubulações	1.909.877	1.115	16.335	(52.331)	-	263.607	2.138.603
Ligações Prediais	169.551	7.900	56	(8.397)	(1.041)	41.058	209.127
Instalações	14.652	1.795	832	(1.735)	(10)	5.282	20.816
Hidrômetros	61.312	2.323	12	(11.386)	(1.213)	12.093	63.141
Macromedidores	1.227	467	-	(246)	-	124	1.572
Equipamentos	132.781	19.497	9.631	(13.096)	(1.902)	9.635	156.546
Móveis e Utensílios	5.129	1.895	664	(1.003)	(59)	282	6.908
Equipamentos de Informática	39.064	13.889	2.620	(15.655)	(165)	2.935	42.688
Ferramentas	66	90	63	(15)	(1)	(4)	199
Veículos	11.837	9.347	1.458	(5.563)	(82)	-	16.997
Máquinas, Tratores e Similares	447	6.596	1.532	(2.524)	-	2	6.053
Proteção e Preservação Ambiental	2.210	-	115	(180)	-	(2.145)	-
<b>Subtotais Imobilizado Operacional</b>	<b>3.500.933</b>	<b>69.495</b>	<b>37.733</b>	<b>(137.423)</b>	<b>(5.108)</b>	<b>384.129</b>	<b>3.849.759</b>
Projetos e Obras em Andamento	543.519	-	343.856	-	(479)	(390.211)	496.985
Estoques para Obras	20.253	-	15.206	-	-	-	35.459
<b>Totais Imobilizado</b>	<b>4.064.705</b>	<b>69.495</b>	<b>396.795</b>	<b>(137.423)</b>	<b>(5.587)</b>	<b>(a) (6.082)</b>	<b>4.381.903</b>
<b>Intangível</b>							
Concessão do Município de Curitiba	91.320	-	-	(4.167)	-	-	87.153
Concessão do Município de Cianorte	75	-	-	(5)	-	-	70
Programas de Informática	2.078	-	280	(1.453)	-	649	1.554
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	-	-	-	(5)	-	56	51
Proteção e Preservação Ambiental	-	-	157	(876)	-	5.377	4.658
<b>Totais Intangível</b>	<b>93.473</b>	<b>-</b>	<b>437</b>	<b>(6.506)</b>	<b>-</b>	<b>6.082</b>	<b>93.486</b>
<b>Total Geral</b>	<b>4.158.178</b>	<b>69.495</b>	<b>397.232</b>	<b>(143.929)</b>	<b>(5.587)</b>	<b>-</b>	<b>4.475.389</b>

**d) Análise do Valor de Recuperação dos Ativos**

De acordo com o CPC 01/07, aprovado pela Deliberação CVM 527/07, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

- Para apuração do valor recuperável dos ativos da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, considerando como unidade geradora de caixa os segmentos de água e esgoto e a empresa de forma global;

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas para um período de cinco anos
- As estimativas de fluxos de caixa foram realizadas em moeda constante, desconsiderando portanto, os efeitos da inflação nos fluxos de caixa e na taxa de desconto;
- Nas projeções das receitas, as premissas adotadas foram: o crescimento médio do número de ligações e do consumo médio em m<sup>3</sup> por ligação, bem como a tarifa média por m<sup>3</sup>;
- O valor contábil dos ativos apurado, na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foi considerado como valor recuperável, em virtude dos contratos de concessão atualmente em vigor estabelecerem indenização por parte dos municípios, em caso de não renovação ou quebra de contrato;
- A taxa de desconto utilizada, para trazer os valores apurados nos fluxos a valor presente, foi baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), calculado na Companhia de 7,63%.

O estudo técnico nos levou a concluir que:

- O Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável;
- O saldo contábil do Imobilizado e Intangível em operação em 31/12/2010, é de R\$3.943.245; e o valor presente dos ativos em uso na Companhia, conforme fluxos de caixa projetados até o ano de 2015, totaliza R\$5.381.247.

**e) Estudo sobre a vida útil econômica dos Bens Patrimoniais**

Em atendimento a Lei 11.638/2007, a Companhia, em 17 de agosto de 2009, constituiu comissão interna, composta por funcionários da empresa, com reconhecida competência em suas áreas de atuação, para realizar estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e intangível e consequente definição das novas taxas de depreciação/amortização a serem aplicadas no âmbito da Sanepar. A equipe foi composta por 2 Contadores, 1 Analista de Sistemas, 2 Engenheiros Civis, 1 Engenheiro Mecânico, 1 Engenheiro de Materiais e 1 Engenheiro Elétrico.



**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Para o desenvolvimento do estudo técnico o Ativo Imobilizado e o Intangível foram segmentados em grupos de bens de acordo com a sua natureza e representatividade. No primeiro grupo, para o qual foi dado maior importância e peso no estudo, encontram-se os bens que representam uma parte significativa do valor total do imobilizado e intangível da Companhia, entre os quais cita-se as tubulações de redes de água e de esgoto e unidades construtivas (barragens, estações de tratamento de água e de esgoto e demais construções civis).

No segundo grupo estão os itens de importância relativa conforme a quantidade de bens e seu valor total com relação ao imobilizado e intangível, entre os quais encontram-se máquinas, equipamentos e veículos, sendo que para esse grupo os estudos foram focados no histórico da Companhia e nas características construtivas que interferem na expectativa de durabilidade.

Para os demais itens do imobilizado e intangível, tais como móveis, utensílios, microinformática, telecomunicações, equipamentos eletromecânicos e ferramentas, foi considerado o histórico de utilização, reposição e baixa dos bens.

A adoção das novas taxas de depreciação/amortização, a partir de 01/01/2010, impactaram positivamente o resultado da Companhia, no exercício de 2010, na ordem de R\$15.008.

Foram considerados também, neste estudo, os aspectos de atribuição de valor residual aos ativos conforme o CPC 27 e a ICPC 10, e analisando as particularidades do setor de saneamento, constata-se a pouca probabilidade de venda de bens patrimoniais operacionais. Diante disso, a comissão constituída para o estudo concluiu pela não atribuição do valor residual aos ativos ao final da vida útil estimada.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

A seguir apresentamos, por natureza dos bens, a vida útil e as taxas de depreciação:

Descrição	Vida Útil		Taxa de depreciação/ amortização		
	Anterior	Atual	Anterior (a)	Atual (b)	
				Nominal	Média Ponderada
<b>Imobilizado</b>					
Poços	20 anos	35 anos	5%	2,86%	-
Barragens	33 anos	50 anos	3%	2%	-
Construções Cíveis	50 anos	50 e 60 anos	2%	1,67% e 2%	1,83%
Benfeitorias	50 anos	50 anos	2%	2%	-
Tubulações	52 anos	30 a 60 anos	1,93%	1,67% a 3,33%	1,95%
Ligações Prediais	20 anos	30 anos	5%	3,33%	-
Instalações	10 anos	15 anos	10%	6,67%	-
Hidrômetros	10 anos	10 anos	10%	10%	-
Macromedidores	10 anos	10 anos	10%	10%	-
Equipamentos	10 anos	12 a 20 anos	10%	5% a 8,33%	6,22%
Móveis e Utensílios	10 anos	14 anos	10%	7,14%	-
Equipamentos de Informática	5 anos	5 a 20 anos	20%	5% a 20%	19,78%
Ferramentas	5 anos	15 anos	20%	6,67%	-
Veículos	5 anos	5 a 10 anos	20%	10% a 20%	13,05%
Máquinas, Tratores e Similares	4 anos	4 e 10 anos	25%	10% e 25%	19,35%
<b>Intangível</b>					
Concessão do Município de Curitiba	30 anos	30 anos	3,33%	3,33%	-
Concessão do Município de Cianorte	20 anos	20 anos	5%	5%	-
Programas de Informática	5 anos	5 anos	20%	20%	-
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	10 anos	16 anos	10%	6,25%	-
Proteção e Preservação Ambiental	5 anos	5 anos	20%	20%	-

(a) Refere-se à taxa de depreciação/amortização que foi utilizada até 31/12/2009.

(b) Refere-se à taxa de depreciação/amortização utilizada a partir de 01/01/2010, com base em estudos internos da Companhia.

**f) Custo Atribuído**

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, aprovada pela Deliberação CVM nº 619 de 22/12/2009, a Companhia, em conexão com o estudo técnico de revisão da vida útil, identificou bens patrimoniais ainda em operação gerando benefícios econômicos para a entidade, com valor contábil inferior ao valor justo, ou mesmo com valor igual a zero.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

A seguir apresentamos, resumo por natureza, do valor contábil anterior e do novo custo atribuído:

<b>Descrição</b>	<b>Valor Contábil em 31/12/2009</b>	<b>Custo Atribuído</b>	<b>Valor Contábil em 01/01/2010</b>	<b>Vida Útil Remanescente (em meses)</b>
<b>Imobilizado</b>				
Poços	92	3.610	3.702	180
Barragens	6	849	855	201
Construções Civas	8	122	130	120 a 300
Tubulações	6	1.115	1.121	120 a 720
Ligações Prediais	1.207	7.900	9.107	120
Instalações	93	1.795	1.888	60
Hidrômetros	252	2.323	2.575	60
Macromedidores	-	467	467	60
Equipamentos	419	19.497	19.916	24 a 120
Móveis e Utensílios	34	1.895	1.929	48
Equipamentos de Informática	48	13.889	13.937	30 a 240
Ferramentas	1	90	91	120
Veículos	12	9.347	9.359	120
Máquinas, Tratores e Similares	84	6.596	6.680	150
<b>Totais</b>	<b>2.262</b>	<b>69.495</b>	<b>71.757</b>	

O registro contábil do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado no montante de R\$69.495 teve como contrapartida a conta de Patrimônio Líquido denominada de Ajustes de Avaliação Patrimonial no montante de R\$45.867 e a conta de Tributos Diferidos no Passivo Não Circulante no montante de R\$23.628. Na medida em que os bens forem depreciados ou baixados em contrapartida do resultado, os respectivos valores serão realizados e transferidos para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados e para a conta de Tributos Correntes. A adoção desse novo custo, impactou negativamente o resultado da Companhia durante o exercício de 2010, por conta do aumento dos custos e das despesas com depreciação e baixas no montante de R\$17.575.

**g) Política de Distribuição de Dividendos**

Os impactos decorrentes da implantação destes novos Pronunciamentos foram considerados integralmente nos resultados e consequentemente no cálculo da distribuição dos Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio, de acordo com a legislação societária e o estatuto social da Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA**

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social - FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN, tem as seguintes características principais: i) aposentadorias programadas, as quais são tratadas como contribuição definida; ii) benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-doença e acidente) como benefício definido. Neste exercício a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$ 16.105 (R\$ 14.656 em 2009) como contribuição à FUSAN.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos colaboradores da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 63,3% pela patrocinadora e 36,7% pelos participantes ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada participante, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, neste exercício, o montante de R\$ 26.589 (R\$ 24.525 em 2009).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela Previc - Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas por atuário externo, contratado pela FUSAN (ATU-VERITA - Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda.), a qual emitiu parecer datado de 21 de janeiro de 2011, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração da FUSAN. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33, aprovado pela Deliberação 600 da CVM, foi

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

contratada a Actuarial - Assessoria e Consultoria Atuarial S/C Ltda., que emitiu relatório detalhado, suportando as informações aqui apresentadas.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica. O Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC) foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

Demonstração do passivo atuarial de 2008, 2009 e 2010:

**2008**

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Valor Presente das Obrigações Atuariais, Total ou Parcialmente, Cobertas	369.791	227.501	597.292	505.637
Valor justo dos Ativos	(270.139)	(4.675)	(274.814)	(238.834)
Valor Líquido das Perdas Atuariais	35.317	(5.050)	30.267	30.571
<b>Totais</b>	<b>134.969</b>	<b>217.776</b>	<b>352.745</b>	<b>297.374</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>8.998</b>	<b>14.518</b>	<b>23.516</b>	<b>19.825</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>125.971</b>	<b>203.258</b>	<b>329.229</b>	<b>277.549</b>

**2009**

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Valor Presente das Obrigações Atuariais, Total ou Parcialmente, Cobertas	446.616	249.711	696.327	597.292
Valor Justo dos Ativos	(307.942)	(5.919)	(313.861)	(274.814)
Valor Líquido das Perdas Atuariais	28.724	17.787	46.511	30.267
<b>Totais</b>	<b>167.398</b>	<b>261.579</b>	<b>428.977</b>	<b>352.745</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>11.160</b>	<b>17.438</b>	<b>28.598</b>	<b>23.516</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>156.238</b>	<b>244.141</b>	<b>400.379</b>	<b>329.229</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****2010**

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Valor Presente das Obrigações Atuariais, Total ou Parcialmente, Cobertas	503.700	317.220	820.920	696.327
Valor Justo dos Ativos	(333.329)	(6.546)	(339.875)	(313.861)
Valor Líquido dos Ganhos e (Perdas) Atuariais	29.640	(9.303)	20.337	46.511
<b>Totais</b>	<b>200.011</b>	<b>301.371</b>	<b>501.382</b>	<b>428.977</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>13.334</b>	<b>20.091</b>	<b>33.425</b>	<b>28.598</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>186.677</b>	<b>281.280</b>	<b>467.957</b>	<b>400.379</b>

Demonstração da movimentação do passivo atuarial líquido do período de 2008 e 2009:

**2008**

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>	<b>Total</b>
Passivo em 31/12/2007	99.586	197.788	297.374
Despesas Correntes em 2008	10.067	28.651	38.718
Contribuições da Companhia em 2008	(10.001)	(3.613)	(13.614)
Ganhos e (Perdas) Atuariais	35.317	(5.050)	30.267
<b>Passivo reconhecido em 31/12/2008</b>	<b>134.969</b>	<b>217.776</b>	<b>352.745</b>

**2009**

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>	<b>Total</b>
Passivo em 31/12/2008	134.969	217.776	352.745
Despesas Correntes em 2009	13.792	31.421	45.213
Contribuições da Companhia em 2009	(10.087)	(5.405)	(15.492)
Perdas Atuariais	28.724	17.787	46.511
<b>Passivo reconhecido em 31/12/2009</b>	<b>167.398</b>	<b>261.579</b>	<b>428.977</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Apuração do passivo atuarial:

**2009**

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>	<b>Total</b>
Valor presente da obrigação no início do ano	405.108	222.451	627.559
Custo de juros sobre a obrigação – 11%	44.562	24.470	69.032
Custo de serviço passado não reconhecido	31.119	-	31.119
Custo do serviço corrente previsto para 2009	1.579	7.465	9.044
Benefícios pagos no exercício de 2009	(30.606)	(6.490)	(37.096)
Perda atuarial do exercício de 2009	23.578	19.602	43.180
<b>Obrigação total no exercício de 2009</b>	<b>475.340</b>	<b>267.498</b>	<b>742.838</b>
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(270.139)	(4.675)	(274.814)
Juros sobre os ativos do plano – 11%	(29.715)	(514)	(30.229)
Contribuição dos participantes	(2.634)	-	(2.634)
Contribuição da patrocinadora	(10.087)	(5.405)	(15.492)
Benefícios pagos no exercício de 2009	30.606	6.490	37.096
Ganho sobre os ativos do plano no exercício de 2009	(25.973)	(1.815)	(27.788)
<b>Valor justo dos ativos no exercício de 2009</b>	<b>(307.942)</b>	<b>(5.919)</b>	<b>(313.861)</b>
<b>Passivo reconhecido em 31/12/2009</b>	<b>167.398</b>	<b>261.579</b>	<b>428.977</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****2010**

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Valor presente da obrigação no início do ano	475.340	267.498	742.838	627.559
Custo de juros sobre a obrigação	49.911	28.087	77.998	69.032
Custo de serviço passado não reconhecido	27.927	19.760	47.687	31.119
Custo do serviço corrente	1.440	8.923	10.363	9.044
Benefícios pagos no exercício	(35.616)	(7.439)	(43.055)	(37.096)
Ganhos e (Perdas) atuariais do exercício	14.338	(8.912)	5.426	43.180
<b>Obrigação total no exercício de 2010</b>	<b>533.340</b>	<b>307.917</b>	<b>841.257</b>	<b>742.838</b>
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(307.942)	(5.919)	(313.861)	(274.814)
Juros sobre os ativos do plano	(32.334)	(621)	(32.955)	(30.229)
Contribuição dos participantes	(2.901)	-	(2.901)	(2.634)
Contribuição da patrocinadora	(13.143)	(7.054)	(20.197)	(15.492)
Benefícios pagos no exercício	35.616	7.439	43.055	37.096
Ganho sobre os ativos do plano no exercício	(12.625)	(391)	(13.016)	(27.788)
<b>Valor justo dos ativos no exercício</b>	<b>(333.329)</b>	<b>(6.546)</b>	<b>(339.875)</b>	<b>(313.861)</b>
<b>Passivo reconhecido no final do exercício</b>	<b>200.011</b>	<b>301.371</b>	<b>501.382</b>	<b>428.977</b>

Reconciliação do valor justo dos ativos do plano e da obrigação atuarial de 2008, 2009 e 2010:

**2008**

<b>Ativos do Plano</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>
Ativo bruto em 31/12/2008	605.598
Exigível operacional	(33.114)
Exigível contingencial	(142)
Fundo Previdencial – Desligamentos	(282)
Fundo de investimentos	(815)
Fundo administrativo	(2.633)
<b>Ativo Previdenciário Líquido</b>	<b>568.612</b>
Fundos individuais (CD)	(298.473)
<b>Valor Justo dos Ativos em 31/12/2008</b>	<b>270.139</b>



**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****2009**

<b>Ativos do Plano</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>
Ativo bruto em 31/12/2009	696.578
Exigível operacional	(3.250)
Exigível contingencial	(164)
Fundo Previdencial – Desligamentos	(280)
Fundo de investimentos	(1.055)
Fundo administrativo	(4.012)
<b>Ativo Previdenciário Líquido</b>	<b>687.817</b>
Fundos individuais (CD)	(379.875)
<b>Valor Justo dos Ativos em 31/12/2009</b>	<b>307.942</b>

**2010**

<b>Ativos do Plano</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>
Ativo bruto em 31/12/2010	751.324
Exigível operacional	(3.696)
Exigível contingencial	(3.164)
Fundo Previdencial – Desligamentos	(323)
Fundo de investimentos	(1.307)
Fundo administrativo	(801)
<b>Ativo Previdenciário Líquido</b>	<b>742.033</b>
Fundos individuais (CD)	(408.705)
<b>Valor Justo dos Ativos em 31/12/2010</b>	<b>333.329</b>

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial de 2008, 2009 e 2010:

**2008****Hipóteses Econômicas**

Taxa de Desconto	11,00% ao ano
Taxa de Retorno esperado dos Ativos	11,00% ao ano
Crescimentos Salariais Futuros	3,38% ao ano
Inflação	4,00% ao ano
Crescimento dos Custos Médicos	14,29% ao ano

**Hipóteses Demográficas**

Tábua de mortalidade	AT - 83 Male (Previdência) e GAM 83 (Saúde)
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Light Média
Idade de aposentadoria	55 anos
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	Experiência da Fusan

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****2009****Hipóteses Econômicas**

Taxa de Desconto	10,50% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	10,50% ao ano
Crescimentos Salariais Futuros	3,44% ao ano
Inflação	4,00% ao ano
Crescimento dos Custos Médicos	11,28% ao ano

**Hipóteses Demográficas**

Tábua de mortalidade	AT-2000 Male (Previdência) e AT-2000 (Saúde)
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Light Média
Idade de aposentadoria	55 anos
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	Experiência da FUSAN

**2010****Hipóteses Econômicas**

Taxa de Desconto	11,25% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	11,25% ao ano
Crescimentos Salariais Futuros	3,46% ao ano
Inflação	5,25% ao ano
Crescimento dos Custos Médicos	11,04% ao ano

**Hipóteses Demográficas**

Tábua de mortalidade	AT-2000 Male (Previdência) e AT-2000 (Saúde)
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Light Média
Idade de aposentadoria	55 anos
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	Experiência da FUSAN

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Companhia aos seus empregados para os exercícios de 2008, 2009 e 2010:

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****2008**

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>
<b>Participantes Ativos</b>		
Número	6.118	(a) 5.945
Idade Média	39,4	38,9
Tempo de Serviço Médio	12,1	-
Idade Média de Aposentadoria	52,4	-
Salário de Participação Médio	R\$2.216	-
Folha Mensal	R\$13.559.752	-
<b>Participantes Aposentados</b>		
Número	1.608	(b) 4.338
Idade Média	61,08	50,6
Benefício Médio Mensal	R\$1.155	-
<b>Pensionistas</b>		
Número de Pensionistas	442	-
Média de Idade de Todos os Pensionistas	58,5	-
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$781	-

**2009**

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>
<b>Participantes Ativos</b>		
Número	6.325	(a) 2.846
Idade Média	39,5	46,9
Tempo de Serviço Médio	11,8	-
Idade Média de Aposentadoria	52,5	-
Salário de Participação Médio	R\$2.341,60	-
Folha Mensal	R\$14.810.620	-
<b>Participantes Aposentados</b>		
Número	1.657	(b) 4.443
Idade Média	61,7	52,5
Benefício Médio Mensal	R\$1.227	-
<b>Pensionistas</b>		
Número de Pensionistas	480	-
Média de Idade de Todos os Pensionistas	50,1	-
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$822,80	-

(a) Impacto atuarial sobre os participantes ativos admitidos até 01/03/2002.

(b) Inclui, além dos participantes aposentados, os pensionistas e os dependentes.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****2010**

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>
<b>Participantes Ativos</b>		
Número	6.434	(a) 2.731
Idade Média	40,0	47,7
Tempo de Serviço Médio	12,2	-
Idade Média de Aposentadoria	52,5	-
Salário de Participação Médio	R\$2.718,39	-
Folha Mensal	R\$17.490.121,26	-
<b>Participantes Aposentados</b>		
Número	1.683	(b) 4.471
Idade Média	62,3	53,7
Benefício Médio Mensal	R\$1.306,92	-
<b>Pensionistas</b>		
Número de Pensionistas	493	-
Média de Idade de Todos os Pensionistas	51,3	-
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$865,28	-

(a) Impacto atuarial sobre os participantes ativos admitidos até 01/03/2002.

(b) Inclui, além dos participantes aposentados, os pensionistas e os dependentes.

Distribuição da Massa de Beneficiários e os Prêmios Mensais Totais do Plano de Assistência Médica dos exercícios de 2008, 2009 e 2010:

**2008**

<b>Faixa Etária</b>	<b>Total de Beneficiários<sup>1</sup></b>	<b>Valor em reais</b>
0 a 18 anos	3.179	70,81
19 a 23 anos	1.385	101,65
24 a 28 anos	247	103,89
29 a 33 anos	180	121,52
34 a 38 anos	528	124,20
39 a 43 anos	1.177	165,94
44 a 48 anos	1.508	169,58
49 a 53 anos	1.678	227,92
54 a 58 anos	1.396	232,94
59 anos ou mais	1.845	245,77

<sup>1</sup> Cujo titular foi admitido até 01/03/2002

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****2009**

<b>Faixa Etária</b>	<b>Total de Beneficiários<sup>1</sup></b>	<b>Valor em reais</b>
0 a 18 anos	3.157	75,52
19 a 23 anos	1.157	108,41
24 a 28 anos	118	111,88
29 a 33 anos	222	129,60
34 a 38 anos	459	133,76
39 a 43 anos	1.150	176,98
44 a 48 anos	1.598	182,63
49 a 53 anos	1.677	243,08
54 a 58 anos	1.485	250,86
59 anos ou mais	2.089	267,13

<sup>1</sup> Cujo titular foi admitido até 01/03/2002

**2010**

<b>Faixa Etária</b>	<b>Total de Beneficiários<sup>1</sup></b>	<b>Valor em reais</b>
0 a 18 anos	2.836	78,00
19 a 23 anos	1.120	111,98
24 a 28 anos	94	116,68
29 a 33 anos	194	133,86
34 a 38 anos	364	139,50
39 a 43 anos	1.001	182,80
44 a 48 anos	1.552	190,47
49 a 53 anos	1.628	251,08
54 a 58 anos	1.555	261,62
59 anos ou mais	2.295	281,15

<sup>1</sup> Cujo titular foi admitido até 01/03/2002

O Plano de Assistência à Saúde da Sanepar, administrado pela Fundação Sanepar de Assistência Social, é custeado em pré-pagamento, de acordo com a tabela acima, por contribuições mensais da Patrocinadora (Sanepar) de 70% do valor mensal, cabendo os 30% restantes aos Beneficiários Titulares.

Para os Beneficiários Dependentes, a participação da Patrocinadora no custeio do Plano varia de 50% até 70%, escalonada em função da faixa salarial dos Beneficiários Titulares.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercícios de 2009, 2010 e 2011:

**2009**

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>	<b>2009</b>
Custo do Serviço Corrente	1.579	7.465	9.044
Custo dos Juros	44.562	24.470	69.032
Rendimento Esperado do Ativo do Plano	(29.715)	(514)	(30.229)
Contribuições dos Empregados	(2.634)	-	(2.634)
<b>Despesas Previstas para 2009</b>	<b>13.792</b>	<b>31.421</b>	<b>45.213</b>

**2010**

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>	<b>2010</b>
Custo do Serviço Corrente	1.440	8.923	10.363
Custo dos Juros	49.911	17.387	67.298
Rendimento Esperado do Ativo do Plano	(32.334)	(621)	(32.955)
Contribuições dos Empregados	(2.901)	-	(2.901)
<b>Totais</b>	<b>16.116</b>	<b>25.689</b>	<b>41.805</b>

**2011**

<b>Descrição</b>	<b>Plano de Aposentadoria</b>	<b>Plano de Assistência Médica</b>	<b>2011</b>
Custo do Serviço Corrente	1.838	10.212	12.050
Custo dos Juros	60.001	34.641	94.642
Rendimento Esperado do Ativo do Plano	(37.499)	(736)	(38.235)
Contribuições dos Empregados	(3.235)	-	(3.235)
<b>Totais</b>	<b>21.105</b>	<b>44.117</b>	<b>65.222</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL**

A Companhia está sendo citada em processos de natureza ambiental, movidos por diferentes entidades, incluindo o IAP - Instituto Ambiental do Paraná e o IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Essas questões, normalmente, quando decididas desfavoravelmente à Companhia, resultam em condenações que obrigam a mesma eliminar o suposto problema ambiental causado, por meio de limpeza da área afetada ou execução de alguma obra para corrigir certos efeitos causados pelas suas operações.

O valor provisionado refere-se, basicamente, a multas e valores arbitrados para os processos em andamento. A Companhia vem adequando-se às normas e exigências previstas na Legislação Ambiental, sempre buscando implementar obras complementares em suas diversas unidades operacionais de sistemas de tratamento de água e esgoto sanitário, com a finalidade de reduzir seu passivo ambiental. As obras ainda não realizadas até 31 de dezembro de 2010, estão orçadas em R\$ 217,0 milhões e serão incorporadas ao imobilizado da Companhia quando da sua realização.

**INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas no cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros:

*Disponibilidades:* os montantes divulgados no balanço patrimonial para disponibilidades, aproximam-se de seus valores de mercado.

*Aplicações Financeiras e Depósitos Vinculados:* o saldo refere-se, basicamente, a aplicações financeiras realizadas na Caixa Econômica Federal, em fundos de renda fixa, cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos do Governo Federal. Os depósitos vinculados de longo prazo referem-se a programas da Agência Nacional da Água - ANA no valor de R\$5.200 (R\$5.753 em 2009); reserva de recursos financeiros no valor de R\$28.219 (R\$26.211 em 2009), que servirá como garantia adicional ao pagamento de pelo menos 3 parcelas vincendas do principal e juros das debêntures, bem como as reservas mantidas junto à Caixa Econômica Federal, mencionada na nota 9 (2), no valor de R\$7.187 (R\$6.650 em

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

2009), e R\$6.022 (R\$1.547 em 2009), mencionada na nota 9 (6).

*Contas a Receber:* os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores de mercado, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. Os parcelamentos das contas de particulares são atualizados pela SELIC, acrescida de taxa de administração e de risco e os das contas de órgãos públicos com base nos juros da poupança de 6% ao ano. A Companhia adotou para cálculo do Ajuste a Valor Presente a taxa SELIC para as contas de particulares e os juros da poupança para as contas de órgãos públicos.

A movimentação do Ajuste a Valor Presente foi a seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>Janeiro a dezembro de 2010</b>
Saldos no Início do Período	(2.350)
AVP	373
<b>Saldos no Final do Período</b>	<b>(1.977)</b>

*Contas a Pagar:* as contas a pagar a empreiteiros e fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo, em razão disso, reconhecidos como valor justo. O prazo médio de pagamentos praticado pela Companhia é de 26 (vinte e seis) dias.

*Empréstimos, Financiamentos e Debêntures:* são contabilizados ao valor justo no início da operação, líquidos dos custos das transações incorridas e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e não incluem encargos futuros em seus saldos. As características e taxas de atualização estão descritas na nota 9, e não representam riscos adicionais para a Companhia neste momento. Todos os empréstimos e financiamentos, em



**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

31/12/2010, estão relacionados aos investimentos no ativo imobilizado.

Sobre as debêntures existem cláusulas contratuais restritivas relativamente aos seguintes índices: índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,5; margem EBITDA maior ou igual a 35%; grau de endividamento menor ou igual a 70%. Adicionalmente a Companhia obriga-se a manter até a data da efetiva liquidação da totalidade das debêntures em circulação, uma reserva de recursos financeiros em valor suficiente para pagamento das 03 próximas parcelas vincendas, de todas as séries, incluindo os valores relativos ao pagamento dos juros remuneratórios.

Em 31 de dezembro de 2010, essa conta reserva apresentava saldo de R\$28.219 (R\$26.211 em 2009), registrado em Depósitos Vinculados no Ativo Não Circulante. A Sanepar não poderá realizar qualquer movimentação dos recursos depositados na conta reserva, exceto para o pagamento dos juros e/ou amortização das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia está atendendo integralmente às cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures. Para as debêntures existe ainda, cláusula de garantia adicional de vinculação de 20% da receita arrecadada, cujo valor médio mensal, até 31/12/2010, não poderá ser inferior a R\$26.217.

*Outras Contas:* segundo nosso conhecimento e julgamento, nenhuma outra conta contábil apresenta diferenças relevantes entre os valores registrados contabilmente pela Companhia e seus valores prováveis de realização e de mercado em 31 de dezembro de 2010. Também não conhecemos nenhum fato relevante ou evento subsequente a esta data, que possa impactar de forma significativa os montantes registrados.

O negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 344 sedes municipais operadas no Estado do Paraná e 01 sede municipal no Estado de Santa Catarina, para as quais a Companhia detêm as respectivas concessões municipais, atendendo aproximadamente 9,3 milhões de pessoas com água tratada e 5,8 milhões com o serviço de coleta e tratamento de esgoto. Sobre este negócio existem diversos riscos associados, normais ao ramo de negócio da Sanepar, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados das operações da Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Estes riscos são basicamente associados aos seguintes fatores:

*Risco de Crédito:* praticamente toda a população do Estado é cliente da Companhia. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para este setor.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com as prefeituras devedoras e a viabilização da prática de encontro de contas com aquelas que possuam créditos junto à Companhia.

*Risco do Contrato de Concessão:* os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos têm prazo de duração de 30 anos. Em algumas situações, o município concedente tem o direito de rescindir o Contrato de Concessão antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização dos saldos de investimentos ainda não depreciados.

**INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

A Companhia não possui contratos de troca de índices (SWAP) ou operações que possam ser caracterizadas como instrumentos financeiros com derivativos, muito menos em aplicações de caráter especulativo ou outros ativos de riscos, e nem suas operações de mercado e de empréstimos e financiamentos estão expostas as flutuações de moedas estrangeiras, não necessitando realizar proteção cambial (hedge).

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****CONTROLES INTERNOS****Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:**

Conforme a conclusão dos auditores independentes que Efetuaram verificações sobre os aspectos organizacionais, legais e operacionais da Companhia, os quais, apesar de não terem sido testados na extensão necessária para permitir a emissão de uma opinião sobre os mesmos, durante os testes relacionados aos procedimentos de auditoria das demonstrações contábeis, não constataram deficiências ou ausências de controles que pudessem ser classificadas como relevantes ou de alto risco para a continuidade normal das operações da Companhia. Também não constataram nenhuma evidência de que os controles não estivessem em funcionamento durante todo o exercício social. Desta forma concluíram que:

- em todos os aspectos organizacionais a Companhia apresenta existência formal e efetividade;
- em todos os aspectos legais aplicáveis ao funcionamento, a Companhia apresenta regularidade perante os órgãos ambientais, fiscais e autorizativos;
- em todos os aspectos do controle interno, a SANEPAR apresenta qualificação satisfatória para o alcance de eficiência e eficácia de suas atividades;
- o conjunto de políticas, normas e procedimentos executados pela SANEPAR na operacionalização dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário atende de maneira adequada e satisfatória às necessidades da Companhia.

**Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:**

Os auditores independentes emitiram os relatórios de recomendação do triênio 2007 a 2009, para apreciação da Administração da Companhia como parte integrante do processo contínuo de atualização e melhoria dos procedimentos e controles existentes

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

A seguir relacionamos as recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos, procedimentos contábeis e segurança patrimonial:

**Realização de registro de ponto britânico - jornada invariável****Descrição**

Efetuamos análise por amostragem dos procedimentos de registro de ponto dos colaboradores da Companhia, constatando que em alguns casos, a Companhia utiliza registro de ponto "britânico", ou seja, com jornada de trabalho invariável.

Salientamos que, nos termos da Súmula 338, inciso III, do Tribunal Superior do Trabalho, emitida em 18 de novembro de 1994, não é considerado válido o registro de ponto cujos horários de entrada e saída sejam uniformes, conforme demonstramos:

*"III - Os cartões de ponto que demonstram horário de entrada e saída invariáveis são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo o horário da inicial se dele não se desincumbir."*

**Sugestão**

Diante do exposto, sugerimos que a Companhia adote procedimentos que eliminem a realização desse formato de registro, evitando com isso possíveis contingências trabalhistas advindas de marcação irregular da jornada de trabalho de seus colaboradores.

**Cadastro de clientes no sistema contas a receber****Descrição**

Efetuamos análise por amostragem sobre o cadastro dos clientes, pessoas jurídicas, da Companhia, e constatamos a existência de cadastros que não apresentam o nome do cliente ou foram preenchidos com frases, palavras e símbolos que não dizem respeito à identificação da razão social do cliente. A falta de manutenção desses cadastros dificulta a identificação dos clientes, além de as faturas serem emitidas sem as informações necessárias.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

Constatamos que faz aproximadamente 10 anos que não são realizados recadastramentos de clientes. Atualização cadastral atualmente é realizada conforme a solicitação do cliente, porém são poucas as solicitações recebidas pela área de Atendimento a Clientes ou agentes comerciais.

*Sugestão*

Sugerimos que seja feita uma revisão na política de manutenção dos cadastros providenciando, dessa forma, a regularização do cadastro dos clientes, evitando emissão de faturas sem dados completos, a fim de minimizar a ocorrência de retrabalhos e erros.

**Possibilidade de utilização inadequada dos dispositivos de informática e sistemas aplicativos, encorajada pela ausência de termo de responsabilidade**

*Descrição*

Não identificamos a existência de um termo de confidencialidade assinado pelo colaborador durante o processo de admissão ou na concessão de acesso aos recursos de TI, em que ele se comprometa a não divulgar informações da Companhia e tome ciência das penalidades no caso de descumprimento.

A falta de um termo de responsabilidade que contemple o sigilo sobre as informações e utilização das senhas, aumenta o risco de fraudes, possibilitando o acesso a recursos não autorizados e utilizados de formas indevidas. A ausência de informação sobre a utilização dos recursos, assim como punições quando do uso impróprio, como acesso à internet (download de arquivos e acesso a sites de conteúdo proibido), instalação de hardware e software não homologados pela Companhia, podem levar o funcionário a cometer práticas ilegais perante a lei e às normas da Companhia.

*Sugestão*

Recomendamos a criação de um documento formal em que o funcionário se comprometa a não divulgar informações confidenciais da Companhia. A necessidade da assinatura deve ser estendida a todos os colaboradores da Sanepar com acesso a recursos da Companhia e às informações sigilosas.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****Inventário de hardware e software****Descrição**

A Sanepar utiliza ferramenta de controle de inventário, a qual é atualizada automaticamente. Verificamos, porém, algumas inconsistências entre o inventário e a situação real. Estas divergências ocorrem pelo fato de alguns equipamentos possuírem grandes períodos de não utilização ou não estarem conectados a rede da Sanepar. Não identificamos procedimento de revisão desse inventário.

Por fim, encontramos softwares instalados sem a devida licença.

A inexistência de uma ferramenta autorizada para realizar o controle de inventário ou mesmo a falta de uma revisão formal e periódica desse inventário poderá acarretar em controles deficientes sobre a infra-estrutura voltada à informática; dificuldade em identificar a retirada de equipamentos ou periféricos sem a devida autorização, bem como a sua configuração; falta de padronização dos equipamentos e; possibilidade de instalação de softwares sem licença de uso, dificultando a identificação dos softwares irregulares.

Mesmo instituições que adotam a política de manter apenas programas legalizados em seus computadores podem ser autuadas se seus funcionários instalarem programas piratas.

Atualmente os funcionários estão sendo treinados para utilizarem o BR Office, reduzindo o número de máquinas com o sistema Microsoft instalado como plano de ação para regularização das licenças de software.

**Sugestão**

Recomendamos a elaboração de uma revisão do inventário voltado para os ativos críticos/importantes de modo estruturado. Obter licenças necessárias para que não haja no parque máquinas com softwares não legalizados. Realizar fiscalizações periódicas com o intuito de verificar se todos os programas instalados nos computadores possuem licenças de uso. Estabelecer punições de forma clara para o uso não autorizado de programas nos computadores.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****Paralisação de atividades operacionais pela ausência de plano de contingência****Descrição**

A Sanepar não possui um Plano de Contingência a fim de garantir a continuidade das atividades de processamento de informações na ocorrência de desastres ou contingências envolvendo os recursos de sistema atualmente disponíveis. Da mesma forma, não possui recursos para retomar suas atividades caso ocorra algum tipo de desastre com a infra-estrutura do ambiente utilizado atualmente.

A falta de um plano - com revisões e análises críticas periódicas - para a continuidade do negócio em caso de desastres pode colocar as atividades de processamento de informações indisponíveis por tempo indeterminado, podendo levar à paralisação das operações da Companhia ou até mesmo à sua descontinuidade, gerando perdas financeiras.

**Sugestão**

Convém estabelecer um plano de continuidade do negócio com revisões, análises críticas e testes periódicos, atentando para:

- Ameaças que podem afetar a continuidade dos processos críticos;
- Identificar os principais processos por nível de criticidade;
- Hardware e software indispensáveis para continuidade dos processos críticos;
- Análise periódica da adequação do SLA dos fornecedores;
- Pessoas-chave para a continuidade dos processos críticos;
- Local de encontro para reunião do pessoal-chave em caso de evento de desastre para redirecionamento a local alternativo de trabalho.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****Treinamento em segurança****Descrição**

A Administração da Companhia não assegura que os usuários com acesso somente à rede corporativa recebam informações adequadas em segurança para entenderem os problemas, as políticas e as providências que eles devem tomar.

Existe deficiência na divulgação do endereço da intranet em que está disponibilizada a política de segurança da informação.

A falta de informações sobre a área de segurança tornam vulneráveis os recursos de "TI", podendo comprometer os objetivos de controle da própria Companhia e, em casos mais graves, prejuízos financeiros.

Há um plano de ação somente para os novos colaboradores e para os colaboradores que realizam cursos de reciclagem. Para os demais colaboradores não são realizados treinamento de segurança.

**Sugestão**

Recomendamos que seja estendido o envio das políticas de segurança da informação a todos os colaboradores da Sanepar, principalmente aqueles com acesso a recursos da Companhia e a informações sigilosas.

Sugerimos que a notificação enviada para usuários indique a leitura dos documentos armazenados no Sistema Normativo Sanepar (SNS), objetivando o aprofundamento dos conceitos de segurança.

**Monitoramento de segurança****Descrição**

Verificamos que o cliente possui ferramenta para monitoramento das ações da área de Segurança da Informação, no que tange à ocorrência de incidentes, fatos relativos à segurança e disponibilidade das informações aos usuários. Contudo, não identificamos procedimentos formais para revisão e acompanhamento dos incidentes. A falta desse procedimento poderá acarretar na baixa performance dos serviços de "TI".



**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**Sugestão

Recomendamos que os incidentes ou fatos relativos à segurança fiquem registrados. Eles devem ser revisados e acompanhados de maneira formal, de forma que esses incidentes sejam levados ao conhecimento da Administração.

É importante a realização de verificações periódicas com o intuito de assegurar que ajustes de configuração estejam alinhados com as políticas da Companhia e que o processo de gerenciamento de segurança funcione com eficácia.

**Parâmetros de segurança de senha do sistema operacional**Descrição

Conforme constatamos, os parâmetros de segurança de senhas aplicadas à rede corporativa estão em conflito com a norma da Companhia, padrão de funcionamento PF/INF/0007. Como se pôde verificar, o tamanho mínimo de caractere exigido é inferior e as senhas não exigem, por exemplo, caracteres complexos.

A ausência de um controle sobre as senhas dos usuários e administrativa, bem como a falta de sigilo e troca periódica podem suscetibilizar o acesso indevido aos dados confidenciais e utilização dos recursos.

Sugestão

Sugerimos que os administradores de rede da Sanepar estudem a possibilidade de parametrizar as senhas de acesso no Active Directory (AD) não apenas da sede, mas de toda a companhia seguindo, minimamente, o definido pelas políticas de segurança da informação da Companhia.

Adequados parâmetros de segurança visam minimizar o risco de pessoas não autorizadas terem acesso a dados confidenciais ou de caráter estratégico para a Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****Monitoramento de desempenho****Descrição**

Fomos informados que o desempenho dos servidores somente é verificado quando há reclamação pela área usuária indicando baixa performance. Não existe procedimento de monitoramento pró-ativo, ainda que haja ferramenta para essa verificação.

A inexistência de um controle adequado da performance dos servidores impossibilita identificar em tempo hábil possíveis sobrecargas de memória e processamento, podendo assim afetar o desempenho dos sistemas aplicativos da Companhia, e conseqüentemente gerar prejuízos financeiros.

**Sugestão**

É recomendável que o monitoramento do desempenho dos servidores seja realizado de modo formal, atentando para disponibilidade de espaço, capacidade de memória e utilização de processamento.

**Gerenciamento de usuários de rede - revisão de perfis de acesso****Descrição**

Ainda que tenhamos constatado a existência de revisão dos acessos aos sistemas aplicativos realizada pelos gestores, não identificamos procedimento formal que defina responsabilidades e periodicidade para realização dessas revisões.

Segundo as melhores práticas, acessos devem ser revisados periodicamente junto aos gestores responsáveis a fim de evitar que os perfis deixem de ser condizentes com o cargo/função dos usuários no decorrer do tempo.

A falta de procedimento formal de revisão de perfis de acesso dos usuários ao aplicativo pode permitir o acesso indevido a dados confidenciais de caráter estratégico para a Companhia, podendo ainda ferir a segregação de funções.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs***Sugestão*

É recomendável que seja definido e implementado procedimento formal para revisão de perfis de acesso que defina responsabilidades e periodicidade para realização dessa tarefa.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS****Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados:**

Os recursos oriundos da 4ª série de Debêntures colocadas pela Sanepar em abril de 2008, foram utilizados para complementar o Projeto de Saneamento Ambiental do Paraná-ParanáSan.

**Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição:**

Informamos que não houve desvios na aplicação dos recursos.

**Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:**

Não aplicável

## **10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

Não aplicável

## **10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Não aplicável